



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES
HISTÓRIA - LICENCIATURA

JACITÂNIA LOPES PEREIRA

***AS FILHAS DE EVA NA CASA DAS ALAGOAS: PRIMEIROS ANOS DA
ATUAÇÃO FEMININA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
ALAGOAS (1960-1970)***

MACEIÓ – AL

2024

JACITÂNIA LOPES PEREIRA

***AS FILHAS DE EVA NA CASA DAS ALAGOAS: PRIMEIROS ANOS DA
ATUAÇÃO FEMININA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
ALAGOAS (1960-1970)***

Monografia apresentada como pré-requisito para
obtenção do título em Licenciatura em História pela
Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Orientadora: Prof. Clara Fernandes Suassuna.

MACEIÓ – AL

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Cláudio Albuquerque Reis – CRB-4 – 1753

P436f Pereira, Jacitânia Lopes.

As Filhas de Eva na casa das Alagoas : primeiros anos da atuação feminina no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1960-1970) / Jacitânia Lopes Pereira. – 2024.

70 f. : il.

Orientador: Clara Fernandes Suassuana.

Monografia (Trabalho de conclusão de curso em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2024.

Bibliografia. f. 68-70.

1. História. 2. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. 3. Mulheres. I. Título.

CDU: 981.35(813.5)

Dedico este trabalho a Maria
Janaina dos Santos Feitoza
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter trazido paz aos meus dias, ter me dado forças e ter tornado este trabalho possível.

Agradeço à minha orientadora, Clara Suassuna, por ter aceitado o convite para orientação e ter dedicado atenção, cuidado e, principalmente, afeto a todo o processo. Agradeço também aos professores que aceitaram o convite para formar a banca examinadora deste trabalho.

Agradeço aos professores e professoras que fizeram parte da minha formação no curso de História, em especial ao professor Robertinho, que, com sua didática única, ensinou-me o verdadeiro valor da docência.

Agradeço ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas por ter me recebido e possibilitado a pesquisa para a produção deste trabalho, em especial a Fabiana Marinho e a Kel Lira, responsáveis pelo acervo da instituição. Agradeço ao Rosalvo Acioli, sócio do instituto, por ter auxiliado no recolhimento das biografias das mulheres citadas neste trabalho. Agradeço também aos colegas de curso Israel Ramos, Dyandra Lima e Kailee Cardoso, que, como estagiários do instituto, me auxiliaram na pesquisa das fontes aqui utilizadas.

Agradeço à minha irmã, Lucitânia Lopes, por estar sempre ao meu lado, me apoiando em todas as minhas dificuldades.

Agradeço aos amigos e amigas Letícia Beril, Vanessa Karla, Karolina Justino, Guilherme Bezerra, Luan Thalles, Vinícius Nazário, Neirilanda Torres, Jossieli Lopes e Jaise Bezerra, por estarem presentes na minha vida e por tornarem o processo de produção desta pesquisa mais leve e acolhedor.

“[...]”

*E por isso eu prossigo e quero
E grito no ouvido dessa tal de dona moral
Que uma mulher pode nunca é deixar
De ser, fazer e acontecer.”*
(Ser, fazer e acontecer - Gonzaguinha)

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar figuras femininas que participaram do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas entre as décadas de 1960/1970 e de como se deu a identidade de gênero dentro da instituição, a partir da intelectualidade das mulheres que ocuparam o corpo de membros da instituição. Para maior compreensão do processo, analisamos como se deu a formação do IHGAL e o processo histórico brasileiro/nacional.

Palavras-chave: IHGB, IHGAL, intelectualidade feminina, gênero.

ABSTRACT:

This paper aims to present female figures who participated in the Historical and Geographical Institute of Alagoas between the 1960s and 1970s and how gender identity was established within the institution, based on the intellectuality of the women who occupied the body of members. To better understand the process, we analyze how the IHGAL was formed and the Brazilian/national historical process.

Keywords: IHGB, IHGAL, female intelligentsia, gender.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: CONSTRUÇÃO POLÍTICA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL	12
1.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	12
1.2 A casa das Alagoas: O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	20
CAPÍTULO II: A HISTÓRIA E O GÊNERO	24
2.1 O Feminismo e a historiografia	24
2.1 A intelectualidade feminina e os institutos históricos	30
CAPÍTULO III: A ATUAÇÃO FEMININA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS.....	38
3.1 Considerações iniciais.....	38
3.2 Mulheres associadas ao IHGAL (1968 - 1972)	40
3.2.1 Guiomar Alcides de Castro	43
3.2.2 Rosinha Coelho Pereira do Carmo.....	44
3.1.3 Elisabeth de Oliveira Mendonça.....	45
3.2 Publicações femininas na Revista do IHGAL (1974 - 1979).....	46
3.3 “ <i>Filha de Eva</i> ”: Discurso de posse de Guiomar Alcides de Castro	50
3.3.1 A questão da história e a biografia de Luiz Lavenére Wanderley	58
3.3.2 Discurso de posse da Rosinha Coelho Pereira do Carmo.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	68

INTRODUÇÃO:

A temática desenvolvida no presente trabalho surgiu a partir de um questionamento levantado durante os estudos realizados na disciplina eletiva de História da Cultura Alagoana, ministrada pelo professor José Roberto dos Santos Lima. Ao estudar a estrutura organizacional do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, chamou-me a atenção o fato de não haver nenhum nome feminino entre os patronos das 60 cadeiras ocupadas pelos membros efetivos da instituição. Partindo dessa inquietação, manifestou-se o interesse de investigar quais papéis as mulheres desempenharam no desenvolvimento daquela entidade centenária.

Ao aprofundar a pesquisa, o interesse pelo tema se intensificou quando, durante um breve estágio, observando as dinâmicas diárias nos corredores da instituição, em palestras e em sessões solenes, identifiquei poucos rostos e nomes femininos, mesmo atualmente, em que a instituição passou por diversos processos de abertura e flexibilização. Nesse contexto, percebi que, além de compreender de que modo se deu a atuação feminina, era necessário investigar as estruturas e raízes históricas que sustentaram sua exclusão e permitiram sua perpetuação ao longo de quase 100 anos.

Desse modo, o presente trabalho buscou condensar as experiências iniciais da atuação feminina no IHGAL, apresentando apontamentos e reflexões sobre os primeiros passos das mulheres em uma instituição pautada pela forte tradição patriarcal.

É importante salientar que esta pesquisa representa minha introdução ao estudo da temática de gênero, de modo que o próprio processo de investigação, incluindo a catalogação de fontes e a leitura de bibliografia específica sobre o tema, foi uma experiência enriquecedora para minha formação. Ao longo desse percurso, compreendi os desafios históricos que envolvem as questões enfrentadas pelas mulheres.

O levantamento das fontes utilizadas foi realizado no ano de 2022, nas revistas do IHGAL. O recorte temporal escolhido contempla os primeiros anos e experiências das mulheres que possuíram e possuem o título de sócia efetiva.

Devido ao curto prazo para a conclusão desta monografia, decorrente do calendário acadêmico e do tempo disponível para finalizar minha formação, o estudo das fontes foi limitado aos discursos das sócias empossadas entre os anos de 1960 e 1970. No entanto, há o interesse de retomar a pesquisa em momento mais oportuno. Ao longo da investigação, enfrentei dificuldades na identificação de algumas fontes, acentuadas pela necessidade de equilibrar a pesquisa para a produção da monografia com o meu trabalho. Contudo, acredito que esses empecilhos não comprometeram a conclusão da proposta aqui apresentada.

A monografia apresenta três capítulos. O primeiro capítulo situa o contexto histórico no qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é fundado. Criado em 1838, a instituição apresenta-se como parte de um projeto político do Império brasileiro para consolidar uma identidade nacional unificada. No contexto de instabilidade política do Período Regencial (1831-1840), o governo imperial buscava um meio de mitigar tensões sociais e evitar separatismos. Assim, a fundação do IHGB, inspirada nas academias de ciência europeias, visou não só legitimar a monarquia, mas também centralizar a narrativa histórica do país, promovendo a continuidade da “missão civilizadora” portuguesa.

O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), estabelecido em 1869, é inaugurado, nesse contexto, como parte de um movimento incentivado pelo Instituto para preservar e unificar a história regional em torno de uma identidade nacional. Ao adotar uma estrutura burocrática e hierárquica inspirada no IHGB, o IHGAL consolidou-se como guardião da memória alagoana, reunindo intelectuais influentes para produzir e preservar o conhecimento histórico alagoana. Assim, o IHGAL não só representa uma entidade cultural, mas também um ator que molda as narrativas históricas em Alagoas.

Adentrando o tema central da pesquisa, o segundo capítulo discute a evolução do estudo de gênero na historiografia. Historicamente, a historiografia tradicional invisibilizou as contribuições femininas, privilegiando fontes que focavam em esferas dominadas por homens, como a política e o militarismo. No entanto, com o surgimento da História Cultural e o avanço das correntes historiográficas modernas, a inclusão das experiências e contribuições femininas começou a ganhar espaço, impulsionada pelo movimento feminista que, a partir dos anos 1970,

desafiou as narrativas oficiais. Esse movimento levou historiadoras e historiadores a reconsiderarem o papel das mulheres e suas influências nas estruturas sociais e políticas.

Ainda no segundo capítulo, é analisado o processo histórico de inclusão das mulheres nos espaços intelectuais. Com as transformações impulsionadas pelo feminismo e pela conquista de direitos civis, as mulheres começaram a ocupar territórios antes dominados por homens, incluindo o campo intelectual. Neste ponto, desenvolve-se uma análise preliminar sobre a visão que os institutos históricos mantinham acerca da mulher, seja por meio de discursos, seja pela limitação à introdução feminina e suas agremiações. A forma como essas figuras foram representadas nas publicações dessas instituições é marcada por estereótipos e pela visão de subordinação ao papel masculino.

O terceiro capítulo analisa a presença feminina no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) entre 1968 e 1979, focando no ingresso das primeiras sócias efetivas e nas publicações femininas na revista da instituição. Além de explorar as biografias das pioneiras, o capítulo examina discursos de posse e temas das publicações, evidenciando que, embora limitada, a participação feminina teve impacto no ambiente acadêmico e cultural de Alagoas, revelando uma luta por reconhecimento e espaço dentro da instituição.

CAPÍTULO I: CONSTRUÇÃO POLÍTICA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

1.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Ao analisar as produções historiográficas que fazem referência à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ocorrida em 21 de outubro de 1838, percebe-se um apontamento comum entre todos os historiadores e as historiadoras que se dedicaram ao estudo da temática: a necessidade de criação da instituição se deu a partir do contexto político-social que Império Brasileiro (1840/1889) enfrentava naquele momento.

Para Schwarcz (1993), a fundação do IHGB é parte de um projeto político modelo de centralização do Estado. Reis (2007) indica que a intenção do Império era tornar o IHGB (1838) o centro de estudos históricos do Brasil, criando uma narrativa única para a história da Nação. Já Barbato (2014), ao referir-se aos caminhos traçados pela política imperial para a fundação da instituição cita que, diante dos impulsos políticos gerados na dinâmica regencial, o Império passou a necessitar de uma História para seu povo traçada em moldes específicos que exaltassem as virtudes da jovem nação em sua mais distinta unidade.

De fato, a conjuntura política que marca a fundação do IHGB é caracterizada como um período conturbado, repleto de instabilidades e conflitos. A fundação da instituição está datada em um momento que corresponde historicamente ao Período Regencial (1831-1840), que se inicia a partir da abdicação de Dom Pedro I ao trono brasileiro em 1831 e se estende até o Golpe da Maioridade¹ em 1840.

A abdicação de Dom Pedro I foi um evento complexo influenciado por uma série de fatores que culminaram no afastamento do imperador sob o argumento de que tal ato tratava-se de uma estratégia de apaziguamento político. Politicamente, ainda na dinâmica colonial, o governo de D. Pedro I foi marcado por conflitos constantes com as elites econômicas que faziam também forte pressão sobre os altos setores políticos. Observa-se que a resistência à figura de D. Pedro I como líder toma contornos ainda mais específicos sob o processo de independência e é agravada

¹O Golpe da Maioridade antecipa a coroação de D. Pedro II, fazendo o imperador assumir o trono aos 14 anos de idade.

com a Constituição de 1824 que, ainda que dividisse as instâncias de governo de forma participativa, monopolizava o poder de decisão definitivo nas mãos do governo imperial.

Essa centralização provocou descontentamento entre os setores liberais, partidários de viés progressista, que buscavam maior participação política e representatividade para as assembleias provinciais e legislativas. Tais questões são acentuadas quando economicamente o Brasil passa a enfrentar diversas crises, agravadas pela interrupção das relações comerciais com Portugal após a independência em 1822. A imposição de tarifas e impostos adicionais evidencia as dificuldades econômicas, aumentando o descontentamento popular. O Império passa, assim, a enfrentar uma série de tumultos, com revoltas e movimentos separatistas como a Confederação do Equador (1824) na província de Pernambuco, o que reflete diretamente a insatisfação com as políticas imperialistas.

Aliado a isso, após a morte de seu pai, Dom João VI, Dom Pedro I foi proclamado rei de Portugal, o que o colocou na posição peculiar de governante de dois reinos situados em lados opostos do Atlântico. Dado o fato que não podia governar diretamente em Portugal, enquanto permanecia no Brasil. Dom Pedro I nomeou sua irmã, Isabel Maria, como regente de Portugal até que a questão da sucessão e a estabilidade política fossem resolvidas. No entanto, a situação em Portugal torna-se delicada, com grupos que apoiavam diferentes pretendentes ao trono e contavam com a participação de seu irmão, Dom Miguel. Para resolver a situação, Dom Pedro abdica do trono português em favor de sua filha, Maria II, que era menor de idade na época, estabelecendo uma regência e promulgando uma constituição liberal, para garantir a sucessão de sua filha. Apesar da tentativa, a instabilidade política continuou culminando nas Guerras Liberais (1832-1834) - entre absolutistas e liberais. Diante dessa situação, Dom Pedro I é levado a abdicar do trono brasileiro, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Dom Pedro II, que também era menor de idade. Dessa forma, ele poderia retornar a Portugal para defender os direitos de sua filha ao trono e lutar pela causa liberal.

Com a abdicação do imperador ao trono brasileiro, tornou-se necessário garantir que o governo continuasse a funcionar sem interrupções, cabendo ao Parlamento encaminhar a política de governo necessária para resolver a instabilidade deixada. A solução encontrada para que o governo brasileiro mantivesse sua continuidade foi a

criação do governo regencial (1831- 1840), autoridade temporária que teria como objetivo manter a estabilidade do país até que o primogênito do recém-saído imperador brasileiro obtivesse maior idade. Inicialmente a Assembleia Geral formou a Regência Trina Provisória² para governar o país até que uma regência permanente pudesse ser eleita. Depois de alguns meses, em junho de 1831, a Assembleia Geral elegeu a Regência Trina Permanente³. Em 1834, a emenda à Constituição de 1834, conhecida como Ato Adicional, permitiu a formação de uma Regência Una em vez de uma regência trina. Em 1835, foi eleito Diogo Antônio Feijó como o primeiro regente uno, mas ele renunciou em 1837, devido a conflitos políticos. Em seguida, foi eleito Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), que permaneceu como regente até a declaração de maioridade de Dom Pedro II em 1840.

Durante os anos que abrangeram as regências, o Brasil enfrentou desafios políticos, econômicos e sociais que moldaram profundamente o cenário nacional. Esse período foi caracterizado por mudanças frequentes de regentes, decorrentes dos intensos embates políticos entre os moderados, exaltados e restauradores⁴, o que gerou dificuldades na administração pública, desequilíbrio econômico e tensões entre diferentes classes sociais. A instabilidade política foi determinante para a eclosão de movimentos de cunho separatista, como a Revolta dos Malês em Salvador (1835), a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), a Sabinada na Bahia (1837-1838) e a Balaiada no Maranhão (1838-1841) e a Cabanada em Pernambuco e Alagoas (1832-1835). A Revolta dos Malês (1835), uma das mais conhecidas, durou menos de 24 horas e é considerada o maior levante de escravos urbanos já ocorrida. Cerca de 70 revoltosos morreram em combates pelas ruas e praias da capital baiana e pelo menos 500 foram punidos com açoites, prisões ou

² Instituída em 7 de abril de 1831, a regência provisória contava com Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas) e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

³ Regência Trina Permanente contava com o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (já membro da regência provisória), José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre) e João Bráulio Muniz.

⁴ Três principais grupos políticos do Período Regencial (1831-1840). Os moderados, defendiam uma monarquia constitucional com um governo central forte, mas que respeitasse as liberdades individuais e os direitos civis. Os exaltados defendiam uma maior descentralização do poder, com mais autonomia para as províncias. Os restauradores eram os defensores da volta de Dom Pedro I ao trono brasileiro após sua abdicação em 1831.

morte. A Cabanada (1832-1835), movimento rural inicialmente formado por pessoas ligadas aos Caramurus⁵ e que pertenciam a camadas pobres da população: chefes militares e padres, além de certo apoio de comerciantes portugueses. As primeiras colunas foram crescendo, englobando milhares de pessoas, índios e caboclos, trabalhadores pobres e escravos que, ao final, formaram a principal base do movimento. Calcula-se que ao final de três anos de lutas na Cabanada 15 mil pessoas morreram (a maioria cabanos pobres) em combates, por prisão, execução e por epidemias que devastaram os dois lados do conflito. Para Morel (2003), “Nenhum momento da história do Brasil concentrou tanta violência num tempo tão curto e em extensões de terra tão largas quanto essa fase da monarquia. Violência social e política”. Esses conflitos refletem a intensa instabilidade política e violência institucional que permeou o período regencial.

Destrinchando as causas individuais das revoltas citadas considera-se que, ainda que as motivações dos conflitos populares fossem multifacetadas e oriundas de distintas realidades regionais, os embates sociais possuíam forte justificativa na instabilidade governamental causada pela estruturação da política regencial. O Império contava com províncias que desenvolveram resistentes forças políticas em seu interior, devido a atuação de oligarquias locais, o que descentralizava e dificultava a aplicação de medidas efetivas pelo governo imperial. As tentativas de reforma e de maior centralização do poder frequentemente resultavam em resistência e conflitos, ao invés de resolverem os problemas subjacentes. Além disso, a extensão territorial e o caráter individualista das políticas praticadas nas províncias tornava o processo de gerenciamento governamental dificultoso. O império contava com um forte aparato militar, mas as investidas enérgicas das forças oficiais ao conter os movimentos rebeldes resultaram em um número exorbitante de mortos e um forte sentimento de insatisfação popular. Desse modo, evidencia-se que a falta de uma autoridade central forte passou a exacerbar as tensões nas províncias.

Nesse contexto, diante das problemáticas apresentadas, foi implementada uma medida de viés ideológico como a solução para tais desafios. O Governo Imperial, aliado a grupos de intelectuais, lançaram o projeto de construir uma identidade

⁵ Os Caramurus foram um grupo político que defendiam a volta de Dom Pedro I ao trono brasileiro após sua abdicação em 1831. O nome "Caramuru" faz referência a Diogo Álvares Correia, um dos primeiros colonizadores portugueses no Brasil, conhecido por sua aliança com os indígenas.

nacional para o Brasil, a fim de que essa ajudasse a atenuar o efeito da crise política (BARBATO, 2014). A unificação da identidade e da história nacional surge, assim, com o intuito de unir o território fragmentado. Buscou-se criar um senso de unidade e pertencimento que superasse as diferenças regionais e sociais. A unificação da identidade e da história nacional passa a ser vista como crucial dada a sua capacidade de promover estabilização política e social, construindo um sentido de propósito compartilhado entre os cidadãos, o que ajudaria a consolidar o Brasil como uma nação coesa e funcional, capaz de enfrentar seus desafios de maneira unificada e eficiente.

Considera-se que a proposta de criação do IHGB é uma resposta às demandas de um período em que o governo brasileiro almejava consolidação e afirmação do poderio nacional. Nesse momento, o Brasil buscava afirmar-se como uma nação, não apenas para consolidar-se como um território independente, distinto de sua antiga metrópole, mas para resolver o temor do separatismo. Barbato (2014) em referência a Eric Hobsbawm e Terence Ranger⁶, sugere o processo como a tentativa brasileira de “invenção de sua tradição”:

“Como podemos observar, o Brasil passava por uma grande crise institucional, marcada por tensões que provocavam o temor de separatismos, produzindo assim a perspectiva do surgimento de uma série de países com origem na América portuguesa – a despeito do que ocorreu na América espanhola. Portanto, era o momento ideal para se operar um processo de invenção das tradições, prover uma identidade nacional capaz de produzir códigos de comunhão entre brasileiros de norte a sul, de leste a oeste do país, separados por rios, montanhas e florestas, que pouco – ou quase nada – enxergavam semelhanças entre si, além das semelhanças de viverem sob um mesmo governo.” BARBATO, 2014, p. 4

É necessário apontar que a medida de consolidação da identidade nacional já era pensada num período posterior à fundação do instituto. As campanhas pela independência do Brasil apoiaram-se incisivamente num discurso que endossava a unificação nacional, tendo em vista que seria a identidade e importância do Brasil em sua individualidade que traria legitimidade para desvinculá-lo de sua metrópole. No entanto, a proposta de formação do instituto passa a buscar respaldo em uma

⁶ HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence(orgs.). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

fundamentação científica que viria por intermédio da oficialização de seus processos históricos.

O IHGB é fundado sobre inspiração da tradição francesa das academias de ciência. O Iluminismo, movimento intelectual e cultural do século XVIII, foi incisivo na criação e desenvolvimento desses espaços, por sua ênfase no progresso científico e social. A França, que se tornou propulsora dos modelos acadêmicos, ganhou papel de influência nesse momento, sendo vista como um centro de excelência acadêmica e científica, com modelos institucionais frequentemente adotados por outras nações que buscavam desenvolver suas próprias capacidades de pesquisa e documentação.

A construção institucional da nacionalidade brasileira se dá em traços peculiares, considerando-se que o Brasil formou sua identidade sem romper laços ideológicos com sua metrópole. Diferente das colônias espanholas que ao constituir suas repúblicas formam a narrativa oficial de Estado ignorando o legado hispânico e constituindo um discurso negativo acerca do processo de colonização, o Império brasileiro coloca-se como promotor da continuidade da “missão civilizadora” portuguesa. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas. (GUIMARÃES, 1988, p. 6)

Desse modo, o discurso científico desenvolvido pelo IHGB ao formar sua identidade nacional não rompeu com a influência do legado português. A narrativa histórica desenvolvida pela instituição passou a promover forte reconhecimento e valorização das bases estabelecidas durante a colonização. Em resumo, o discurso proferido validava a ideia de que o Brasil se construiu graças ao projeto de assimilação português e que seu papel seria o de desenvolvê-lo continuamente. Assim:

O padrão da escrita da história que o Instituto queria compor tinha como princípio fundamental a inscrição do Brasil na epopéia da civilização, incluindo desse modo o país recém independente na mesma trilha histórica dos países da Europa ocidental. Sendo a História compreendida como a narração da obra intelectual da humanidade, a prática historiográfica do Instituto buscava registrar na epopéia da civilização ocidental um sentido único da trajetória histórica do Brasil que privilegiava a legitimação da monarquia brasileira estabelecida pela Constituição de 1824. (GONÇALVES, 2010, p. 2)

Percebe-se que o IHGB cumpre o seu papel no que tange o reforço e a legitimação dos discursos e narrativas oficiais do governo não apenas promovendo o nacionalismo, mas também reforçando o sistema imperial (monarquia) em contraste com a ideia de uma república. A instituição ajudava a fortalecer a imagem positiva da monarquia aliando-se ao ato de desacreditar qualquer simpatia pelo regime republicano. A ideia era criar um sentimento de que, embora o Brasil tivesse afastando-se da monarquia portuguesa, o antigo regime imperial deveria ser encarado sob a ótica de um saudosismo positivo. O que torna tal processo ainda mais visível é o fato de que, durante o governo de Dom Pedro II, o IHGB manteve-se sustentado financeiramente por recursos fornecidos pela Coroa, dependendo do apoio financeiro oficial para suas atividades e projetos.

“O Instituto Histórico colocava-se sob a proteção do imperador, proteção esta que terá como expressão uma ajuda financeira, que a cada ano significará uma parcela maior do orçamento da instituição. Cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX. Tendo em vista que, para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar como decisiva a ajuda do Estado para sua existência material.” (GUIMARÃES, 1988, p. 9)

Ver-se que a relação de dependência financeira deve ser levada em consideração ao analisar a historiografia produzida pelo IHGB. Como o Instituto operava dentro dos limites impostos pelo Estado Nacional, a historiografia que ele produzia inevitavelmente refletia as influências e as restrições associadas a esse contexto específico, ainda que a narrativa formulada por seus membros o colocasse como neutra em relação a disputas de natureza político-partidária. Dessa forma, a história escrita pelo IHGB não era apenas uma construção acadêmica, mas também um produto moldado pelas condições políticas e econômicas da época.

Ao invés de desenvolver-se sob método formal, a tarefa de produção das narrativas históricas realizava-se sob um ambiente em que as relações sociais e pessoais eram organizadas ante critérios de pertencimento e participação baseados em laços sociais, favores e conexões, ao invés de mérito acadêmico. As marcas de um saber oficial vão estar, portanto, bastante presentes, a despeito da definição formal do IHGB enquanto “estabelecimento científico-cultural”. Nas mãos de uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, o IHGB se auto representará, nos certames internos e externos, enquanto uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais. (SCHWARCZ, 1993). A produção constitui-se perante a tradição de uma "academia de tipo ilustrado", ou seja, uma instituição de caráter elitista e restrita, onde o acesso era limitado e regulado por critérios que envolviam redes de relações sociais e pessoais, e não apenas o conhecimento ou a habilidade acadêmica.

O caráter elitista da academia toma contornos mais definidos quando se observa o corpo de membros em sua unidade. Segundo Guimarães (1988), A maioria deles desempenhavam funções no aparelho de Estado, sejam dentro da magistratura ou no âmbito militar. Segundo o autor, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizaram-se e percorriam a carreira na média burocracia. Tal apontamento reforça a ideia de que o IHGB era uma instituição composta por uma elite que, embora nem sempre tivesse formação acadêmica, possuía um status social e profissional significativo, ligado ao serviço público e ao poder estatal. O fato de seus membros estarem inseridos em posições de influência dentro do governo e das forças armadas contribui para a percepção do IHGB como uma entidade elitista, onde o acesso e a participação estavam ligados a redes de poder e prestígio, mais do que ao mérito acadêmico.

Em suma, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma resposta estratégica às complexas demandas políticas e sociais do Império Brasileiro no século XIX. A criação da instituição esteve profundamente ligada ao esforço de centralização do Estado e à construção de uma identidade nacional unificada, essencial para a manutenção da estabilidade em um país marcado por crises e revoltas. O IHGB, ao atuar como um bastião da historiografia oficial, legitimou as narrativas que exaltavam a monarquia e reforçaram os valores imperiais, ao mesmo tempo em que operava como uma instituição elitista, composta por membros do aparato estatal que, embora nem sempre possuísem formação acadêmica formal, detinham poder e prestígio dentro da sociedade brasileira. Assim, o IHGB não apenas consolidou o discurso histórico oficial, mas também refletiu as dinâmicas de poder e influência que moldaram a sociedade brasileira naquele período.

No tópico a seguir, abordarei a história do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) através de uma análise acerca de sua fundação e do papel que a instituição ocupa para o estado. Essa contextualização histórica dará seguimento a compreensão da atuação feminina no instituto, foco central deste trabalho.

1.2 A casa das Alagoas: O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Como anteriormente discutido, o cenário político-social que envolve a segunda metade do século XIX possui forte apelo ao ideário nacionalista no que tange e delimitação da historicidade territorial. Dessa forma, mediante a fundação do IHGB, observou-se nas províncias o surgimento de movimentos que visavam a fundação de casas de preservação da história e da geografia local com o objetivo de interligar as histórias regionais a narrativa oficial traçada pelo Estado⁷.

O incentivo a criação dos institutos locais nas províncias apresentou-se, assim, como parte de uma estratégia nacional de construção e unificação da

⁷ Nesse ponto, como anteriormente discutido, diante do financiamento e participação direta dos membros do Império no IHGB, entende-se o discurso produzido pela instituição como aquele que representava a narrativa oficial do Governo.

identidade brasileira, dando continuidade à tarefa iniciada pela sede nacional. A iniciativa possibilitou a inclusão das diferentes realidades e contribuições regionais na narrativa histórica nacional, buscando garantir, em uma estratégia política, que a diversidade cultural e histórica das províncias fosse reconhecida e integrada na história oficial do país, evitando que a história nacional fosse vista apenas sob a ótica do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Pensando nisso, o IHGB propôs em seus primeiros estatutos o incentivo à criação de institutos históricos nas províncias, constituindo-se como a associação central para a qual se direcionariam as informações das diversas regiões do país, para que então pudessem ser unificadas e, por conseguinte, uma história unitária ser escrita (GONÇALVES; NICOLAZZI, 2014, p. 100).

É nesse cenário que o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) toma forma. Segundo fonte presente nos dados históricos produzidos e preservados pela própria instituição, o IHGAL tem a sua fundação datada de 2 de dezembro de 1869⁸ quando, na ocasião, foi nomeado como Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano⁹. Em sua ata de sessão de instalação¹⁰ redigida em reunião realizada no palácio da presidência da província de Alagoas situada na capital do estado, é consenso entre os membros presentes que a fundação do instituto nascia naquele momento mediante a necessidade de criação de uma sociedade alagoana que visasse o restabelecimento, a construção e a preservação da história do estado.

Sendo o terceiro instituto mais antigo a ser inaugurado no Brasil¹¹, o IHGAL adotou a estrutura organizacional, os princípios e os objetivos centrados na coleta, preservação e estudo de documentos históricos, além de incentivar a produção intelectual voltada para o entendimento das particularidades regionais. O instituto buscou consolidar a instituição como um espaço de debate e pesquisa que contribuísse para a formação de uma narrativa histórica que valorizasse a

⁸ MELO, Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Marinho da; ALTAVILA, Jayme Lustrosa de. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos. Maceió, 2008.

⁹ O instituto ainda é denominado de Instituto Histórico de Alagoas no ano de 1932, passando a obter sua denominação atual no ano de 1971.

¹⁰ A ata foi redigida por Manoel Claudino de Arroxelas Jaime, 2º secretário do instituto e é datada de 2 de dezembro de 1869, sendo assinada pelos membros que constituem a formação da primeira banca de sócios da Instituição.

¹¹ TENÓRIO, Douglas Apratto. A casa das Alagoas: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Org.: Douglas Apratto Tenório, Cármen Lúcia Dantas. Maceió: Edufal, 2007.

contribuição de Alagoas para o cenário nacional. Essa inspiração foi crucial para a legitimação do instituto alagoano, ao se auto intitular como guardião da memória histórica e cultural do estado, seguindo os passos do instituto nacional. Ao replicar os ideais e práticas do IHGB, o IHGAL não só procurava reforçar sua posição como uma instituição de referência em Alagoas, mas também participar ativamente na construção do conhecimento histórico em um contexto mais amplo, mantendo um diálogo contínuo com outras instituições congêneres em todo o país.

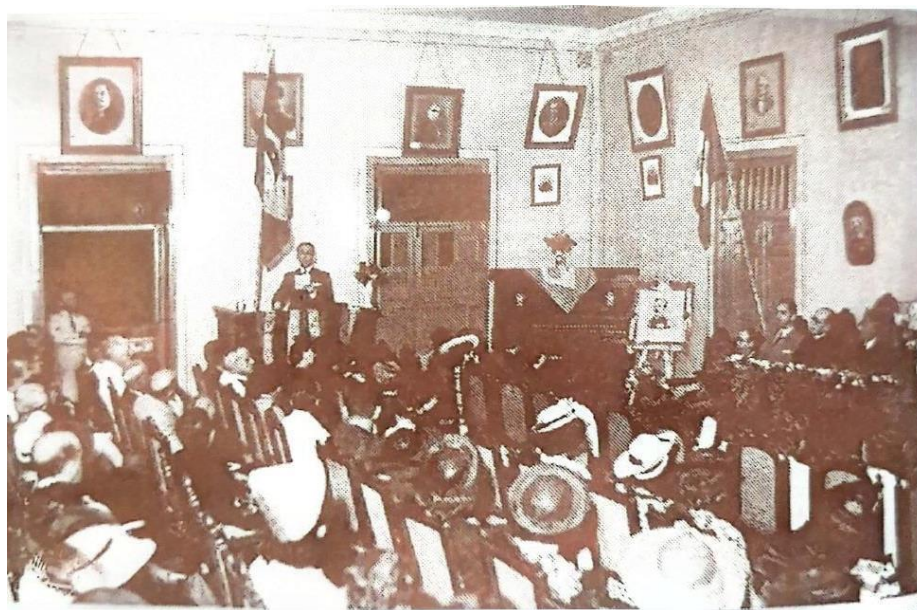
Em sua estruturação interna o IHGAL seguiu modelo semelhante ao instituído pelo IHGB em uma estrutura burocrático-administrativa diversificada, composta por vários cargos institucional¹², que não apenas organizam as funções internas, mas também servem como um ponto de convergência e influência política. Esses cargos, distribuídos de forma hierárquica, conferem legitimidade aos membros e estabelecem uma dinâmica de poder dentro do instituto, onde a ocupação de posições de destaque não só traz prestígio, mas também a capacidade de moldar as atividades e as direções que o instituto toma. Para Barbosa (2015):

[...] estatuto e hierarquia serão fundamentais para essa agremiação legitimar-se perante seus pares, mas tal legitimidade não estará simplesmente sustentada sobre a conformidade burocrática e hierárquica. O poder é que sustentará a existências desse grêmio. Só encontraremos validade nesta afirmativa se a buscarmos pela raiz, localizando-a em sua forma fragmentária e sistemática diante da singular manifestação das expressões vivas do poder e dos poderes da ordem. (BARBOSA, 2015, p. 28)

Assim, a verdadeira base da sua legitimidade e existência está no exercício do poder intelectual. Esse poder não é monolítico, mas fragmentado e sistemático, manifestando-se de diversas maneiras em diferentes contextos e momentos. Ele se expressa tanto nas relações internas, através da hierarquia e conformidade institucional, quanto nas interações externas, especialmente nas relações com o governo local e a administração provincial. O instituto não só se organiza de forma hierárquica, mas também utiliza essa estrutura para exercer influência política e cultural, consolidando seu papel como um ator importante na sociedade alagoana. “O próprio corpus que constitui esse estabelecimento reforça a especificidade de seu

¹² Sócios efetivos, presidente, primeiro ou segundo vice-presidente, secretário perpétuo, segundo secretário ou secretário adjunto, tesoureiro, vice-tesoureiro, orador, vice orador.

poder e importância, onde em maioria, são originários de setores mais abastados da sociedade. Significa dizer que esse ofício está reservado a um seleto grupo de letrados cujo caráter formativo e performático passará intrinsecamente por sua relação com o mando. Este fator será o solo sobre o qual se sustentará as redes de relações entre os associados, constituindo-se na condição básica para a escrita da História. Esses homens e mulheres de influência social, não estarão sozinhos, nem “desarmados” no estabelecimento de suas propostas, estes terão um instrumento básico a seu dispor.” (BARBOSA, 2015, p. 28)



Conferência do Consórcio Jayme de Altavila, no Salão Nobre do Instituto, sobre Floriano Peixoto em 1 de maio de 1939.

Fonte: MELO, Aloisio Costa; SILVA, Fabiana Marinho da; ALTAVILA, Jayme Lustrosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, 2008.

A partir da reflexão de Barbosa (2015), podemos inferir, por fim, o IHGAL não apenas como uma entidade de preservação e estudo histórico, mas como ator proativo na configuração das narrativas e estruturas sociais de Alagoas. O uso de uma "estrutura hierárquica" e a presença de um grupo de "letrados" com acesso a recursos e influência são elementos centrais para entender como o instituto se estabelece e exerce sua autoridade. A dinâmica entre poder, status social e

influência cultural é, portanto, essencial para compreender a função e o impacto do IHGAL na sociedade alagoana.

Desse modo, com base nos processos históricos até aqui discutidos, meu trabalho passará a se concentrar em seu tema central, que explora a presença feminina e os institutos históricos.

CAPÍTULO II: A HISTÓRIA E O GÊNERO

2.1 O Feminismo e a historiografia

Apesar dos importantes avanços alcançados nas últimas décadas, o estudo do gênero dentro da historiografia pode ser ainda considerado um desafio, dada a persistência de barreiras culturais, institucionais e metodológicas enfrentadas pelas pesquisas que se dedicam a debater tal temática. No entanto, apesar dos desafios citados, o estudo das relações de gênero, em especial a análise do papel feminino ao longo da história, vem adquirindo relevância crescente nos debates acadêmicos.

Durante séculos, a historiografia tradicional, baseada no paradigma positivista, negligenciou as contribuições femininas nos diversos campos do conhecimento, relegando-as a papéis secundários e invisibilizados. Em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público, “a história positivista privilegiou as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem” (SOIHET, 1997, p.400). A análise das relações de poder e dominação, pautadas em uma visão patriarcal, contribuiu para o apagamento das mulheres das narrativas históricas, uma exclusão que influenciou tanto a percepção social do gênero feminino quanto o reconhecimento de suas contribuições individuais no âmbito social. “Os historiadores hierarquizaram a História – o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. A universalidade do “eles” mascarou o privilégio masculino, aparecendo como uma neutralidade sexual dos sujeitos.” (COLLING, 2004, p.2)

Assim, tradicionalmente, o fazer histórico foi dominado por homens que, no tecer de seu ofício, deram ampla ênfase a uma historiografia institucionalizada, resultando em uma compreensão generalizada dos processos sociais e no consequente apagamento da presença feminina. Sob tal afirmativa, deve-se levar em consideração que as estruturas sociais e o fazer histórico possuem significativo entroncamento, tendo em vista que as práticas e narrativas históricas são influenciadas pelas convenções sociais de cada época, e, ao mesmo tempo, as estruturas sociais são moldadas pelos eventos e processos históricos. Desse modo, pode-se entender que, ao serem socialmente relegadas ao âmbito privado e limitadas a papéis relacionados à família e ao cuidado do lar, as mulheres foram consequentemente colocadas em uma posição de sub participação nos processos históricos. Como as narrativas se concentravam em processos político-econômicos, esferas predominantemente masculinas, a contribuição das mulheres, por consequência, acabou sendo desconsiderada, e estas foram colocadas em um lugar de atuação secundária, embora estivessem ativamente envolvidas em áreas como a educação, a cultura e, até mesmo, em movimentos sociais e políticos.

Somente com o surgimento das correntes historiográficas modernas, com a História Cultural e a História das Mentalidades¹³, as experiências e contribuições femininas começaram a ser recuperadas, ainda que de forma gradual. “O desenvolvimento de novos campos reforça o avanço na abordagem do feminino. Apoiam-se em outras disciplinas — tais como a literatura, linguística, a psicanálise, e, principalmente, a antropologia — com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres” (SOIHET, 1997, p. 401). As abordagens citadas trouxeram uma nova perspectiva sobre a historiografia, ampliando o foco para além dos grandes eventos históricos e figuras masculinas, e passaram a valorizar o cotidiano, as relações sociais e as subjetividades. Para Meira (2014):

As narrativas alternativas que surgiam e se apresentavam como contraponto à Historiografia oficial do final do século XIX e início do século XX lograram a ruptura epistemológica e se tornaram a partir da década de 1950, as vertentes hegemônicas

¹³ Correntes historiográficas que surgiram a partir da Escola dos Annales, na França, durante o século XX, com foco em crenças, valores, sentimentos e formas de pensar coletivas de sociedades ao longo do tempo.

a disputar, e abafar, as narrativas possíveis das vozes que agora, investindo contra o mainstream, se ofereciam enquanto alternativa. E isso em todo o vasto campo das ciências humanas e sociais. Num mundo pós Segunda Guerra Mundial, no auge da estabilidade econômica, mas fragilizado pelos conflitos da Guerra Fria, todo o conjunto de grandes narrativas, com marcos e paradigmas históricos estabelecidos, foi posto à prova. (Meira, 2014, p. 3)

Nesse sentido, a história das mulheres começou a ganhar destaque a partir da década de 1970, impulsionada tanto pelas transformações ocorridas na historiografia quanto pelos questionamentos levantados pelo movimento feminista. Quanto ao movimento feminista, Scott (1995) sugere que há uma troca de influências entre o movimento feminista e o estudo histórico das mulheres. O feminismo oferece novas formas de pensar sobre o papel das mulheres ao longo da história, enquanto a história das mulheres enriquece o próprio movimento feminista, fornecendo evidências e exemplos históricos das lutas e conquistas femininas. Desse modo, o contato mútuo firmado entre a disciplina científica e o movimento de mulheres permitiu que novas questões emergissem, desafiando as narrativas tradicionais e revelando a importância de incluir as experiências femininas e suas contribuições nas análises históricas. O foco passou a ser, assim, o reconhecimento das vozes marginalizadas e a investigação das formas como as mulheres influenciaram e foram impactadas pelas estruturas sociais e políticas ao longo do tempo. A crescente ênfase na diversidade de perspectivas e na análise das dinâmicas de gênero ofereceu uma visão enriquecida dos processos históricos, contribuindo para uma compreensão aprofundada dos eventos passados e das experiências humanas.

A fase do feminismo considerada como ponto inicial para as pesquisas acerca do gênero centra-se na segunda onda do feminismo, momento em que as reivindicações femininas se distanciaram das lutas por direitos civis, que marcaram o século XVIII, e voltaram-se para as liberdades individuais. Influenciadas por obras como *A Mística Feminina* (1966) e *O Segundo Sexo* (1949)¹⁴, os movimentos de mulheres direcionaram-se nesse momento à reflexão da existência feminina, em sua coletividade e individualidade, questionando a universalidade do masculino e a opressão social gerada por tal hegemonia. Segundo Pedro (2005):

¹⁴ Obras de autoria de Betty Friedan e Simone de Beauvoir, respectivamente.

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Como exemplos podemos citar: o direito de “ter filhos quando quiser, se quiser” –, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada. (PEDRO, 2005, p.80)

O surgimento de uma identidade coletiva em torno das questões femininas levou as mulheres a perceberem que as experiências que vivenciavam individualmente ao longo dos anos eram, na verdade, compartilhadas de modo coletivo. As mulheres passaram a reconhecer que eram vítimas de uma cultura social dominada por homens, que havia perpetuado, ao longo do tempo, preconceitos e violências. Esse entendimento coletivo fortaleceu a luta por direitos e igualdade, ao revelar que as opressões não eram casos isolados, mas parte de um sistema estrutural de desigualdade: o patriarcado.

Segundo Pedro (2005), nesse período de amadurecimento do movimento feminista, os grupos de reflexão compostos exclusivamente por mulheres desempenharam papel significativo no desenvolvimento das teorias e reivindicações femininas, sendo instrumento direto para a interpretação da realidade das mulheres inseridas em uma mesma realidade social. Os grupos de mulheres também foram responsáveis por debater e identificar as ramificações e diferentes vertentes internas dentro do feminismo, entendendo as necessidades individuais existentes dentro de um mesmo coletivo. Nessa perspectiva, “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las” (PEDRO, 2005, p. 81).

Os embates que se formaram em torno da temática contribuíram para o entendimento de que as questões de gênero deveriam ser aprofundadas também como uma categoria analítica, sendo incorporada aos estudos históricos e sociais. De acordo com Rago (1997):

A história social das mulheres responde, nesse sentido, com a gama de informações que enriquecem a experiência pessoal e coletiva das mulheres de ações conscientes e, de certo modo, heróicas. As mulheres, portanto, ganham evidência, enquanto sujeito político, também pela historiografia, que as enraíza num passado glorioso e farto. (RAGO, p. 87, 1997)

Por intermédio desta categoria historiadoras e historiadores buscaram integrar efetivamente a presença das mulheres na narrativa histórica da humanidade. Buscava-se responder sem ter como respaldo determinismos biológicos, por qual motivo, em distintas sociedades, as mulheres eram sujeitas à autoridade masculina em suas múltiplas manifestações e níveis, independentemente da cultura determinante. Assim:

Entre as historiadoras e os historiadores que passaram a seguir a tradição da historiografia dos Annales – que pretendia ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns –, tornou-se mais fácil escrever uma história que incluísse as mulheres. A proposta do método regressivo de Marc Bloch no seu livro-testamento “O ofício do Historiador”, permite-nos pensar no passado não só pelas questões do presente, como, também, observar outras fontes, além das unicamente oficiais e narrativas. Assim, com os pés plantados no seu tempo, a historiadora ou o historiador que se engaja nesta tradição não poderia ficar alheia (sic) aos movimentos sociais das mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicavam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo. (PEDRO, 2005, p.85)

A utilização de novas fontes históricas em conjunto com as novas abordagens históricas, permitiram uma visão abrangente e detalhada das experiências e contribuições femininas. Os historiadores e historiadoras puderam reconstruir narrativas que revelaram as lutas, os sucessos e as influências das mulheres na sociedade. O uso dessas novas fontes possibilitou a inclusão de aspectos antes negligenciados, como o papel das mulheres em contextos cotidianos, familiares, culturais e políticos, expandindo a compreensão da história para além das elites e eventos tradicionais. Com essa abordagem, torna-se possível desmistificar estereótipos que limitavam a atuação feminina a esferas privadas e passivas.

Por fim, compreende-se que o estudo do gênero dentro da historiografia teve motivações semelhantes às que impulsionaram o movimento feminista, sendo essas

motivações identificar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres, combatendo vieses baseados em determinismos biológicos. Em outras palavras, usar a análise histórica com o objetivo de oferecer profunda reflexão sobre a maneira como as hierarquias de gênero são formadas, legitimadas e mantidas ao longo do tempo. Foi possível entender os processos sociais, culturais e históricos que contribuíram para a construção e perpetuação dessas hierarquias, além de questionar os mecanismos pelos quais essas desigualdades são ainda sustentadas. A intenção seria, portanto, não apenas descrever essas dinâmicas, mas também buscar maneiras de transformá-las para promover uma maior igualdade de gênero.

Apesar dos desafios culturais, institucionais e metodológicos que ainda cercam o estudo do gênero na historiografia, houve importantes avanços na inclusão das mulheres nas narrativas históricas. A adoção de abordagens interdisciplinares e o uso de novas fontes permitiram reconstruir uma história mais inclusiva, capaz de valorizar as contribuições femininas que, por séculos, foram negligenciadas. O movimento feminista desempenhou um papel crucial nesse processo, desafiando os paradigmas tradicionais e reivindicando uma reinterpretação da história que reconheça as experiências das mulheres. A historiografia, ao incorporar essa perspectiva, não apenas contribui para a revisão das desigualdades de gênero, mas também oferece uma compreensão mais rica e complexa dos processos históricos, propondo uma transformação das narrativas e promovendo a igualdade de gênero na construção do saber histórico.

Além disso, o desenvolvimento das pesquisas acerca da temática gênero diante da historiografia na narrativa histórica possibilitou que pesquisadoras e pesquisadores concentraram sua atenção também nas relações entre homens e entre mulheres como grupos individuais. Dessa forma, ao usar "gênero" como uma lente de análise, os historiadores podem entender melhor como as definições e expectativas relacionadas a ser homem ou mulher foram moldadas e influenciadas pelos contextos históricos específicos. Isso proporcionou uma visão mais complexa das dinâmicas de gênero ao longo do tempo.

2.1 A intelectualidade feminina e os institutos históricos

Como anteriormente discutido, o âmbito privado foi, por muito tempo, o único lugar de atuação reservado ao feminino. A delimitação do espaço de existência das mulheres esteve tradicionalmente voltada para o ambiente doméstico e para as interações que o convívio familiar consequentemente lhes proporcionava. Considera-se que somente através das mudanças impulsionadas pelo movimento feminista, em conjunto com as transformações viabilizadas pelas novas formas de trabalho e também impulsionadas pela conquista dos direitos civis, foi possível que as mulheres ocupassem novos espaços, executando tarefas que não mais se restringiam às atividades domésticas. Assim, guiadas pelas mudanças proporcionadas por tais premissas, as mulheres foram gradativamente inseridas em espaços antes exclusivamente masculinos, entre os quais se incluem as práticas intelectuais e seus lugares de domínio.

Compreendemos como ambientes intelectuais as instituições dedicadas à produção, disseminação e discussão de conhecimento, ideias e reflexões críticas. Esses espaços abrangem centros de pesquisa, bibliotecas, editoras, academias e círculos de debate, onde ocorrem trocas de ideias e a criação de teorias e conceitos que influenciam o pensamento social, cultural e científico, estando dentro desses espaços acadêmicos, escritores, cientistas, filósofos, artistas e outros profissionais que se envolvem em atividades laborais voltadas ao campo da pesquisa, ensino, literatura, artes e ciência de modo geral. Com essa perspectiva, ao correlacionar o meio intelectual e a presença feminina encontramos significativas objeções, considerando que os espaços de domínio intelectual foram e ainda são identificados como lugares onde as relações de poder construídas são pautadas por um forte domínio patriarcal e densas disputas ideológicas.

No que se refere às esferas intelectuais, o domínio patriarcal é refletido a partir das estruturas de poder que moldam tanto a produção do conhecimento quanto a sua disseminação. As vozes femininas, frequentemente silenciadas ou marginalizadas, enfrentam barreiras que vão desde a falta de reconhecimento até a exclusão de espaços acadêmicos e profissionais. Além disso, as barreiras impostas

não são apenas institucionais, mas também culturais, sustentadas por preconceitos que associam as mulheres à inconsistência e à emotividade, características vistas como opostas à lógica e ao pensamento crítico. Para Martins e Fonseca (2021):

Levou muito tempo para se estabelecer a ideia de que mulheres também podem exercer a função intelectual - e assim serem designadas, devido, entre outros motivos, ao tardio direito à educação, mas, sobretudo, à noção estereotipada de que as mulheres são irracionais e emotivas, desprovidas de objetividade e pensamento lógico. Desse modo, até que fossem intensificados os movimentos de reivindicação de direitos pelas mulheres, e que a discussão se instituísse de fato, ser considerado um intelectual era algo reservado exclusivamente aos homens, aqueles dotados da capacidade de pensar, de exercer a atividade crítica, escrever para um público e assim influenciá-lo. Ou seja, atributo masculino por excelência. (MARTINS; FONSECA, 2021, p. 141)

Nesse sentido, para ocupar espaços pertencentes à intelectualidade, obter reconhecimento por suas produções e ter validação entre seus pares, as mulheres precisavam, primeiramente, ter acesso a uma formação que lhes possibilitasse a dominação de tal campo. No entanto, desde a infância o direito a frequentar escolas e possuir uma educação formal não estava endereçado à criação feminina, tencionando que sua existência e o ofício de toda sua vida adulta seria o cuidado do lar. Assim, durante grande parte da história, as mulheres não puderam frequentar escolas, universidades ou quaisquer espaços dedicados à formação acadêmica e intelectual. Quando tinham acesso à educação, era geralmente limitada a assuntos considerados apropriados para o "papel feminino", como tarefas domésticas ou habilidades artísticas menores, não abrangendo as ciências de modo geral. "Somente os homens tinham o direito de serem educados. Restava a elas a dedicação ao bordado, afazeres domésticos, e cuidar das crianças, o que não implicava na valorização do trabalho feminino." (GUEDES; PASSOS, 2022, p. 173)

O IHGB (1838) incluiu as mulheres em seu corpo de membros tardiamente, tendência que também foi seguida por suas instituições congêneres. Somente no ano de 1965¹⁵ mulheres passaram a compor o colegiado da instituição. Assim, "durante mais de um século, a prática historiográfica desenvolvida a partir deste espaço foi oficialmente autorizada apenas aos homens." (SILVA, 2018, p. 58).

¹⁵ SILVA, 2018, p. 58

Apesar da inserção física das mulheres nos institutos históricos ser tardia, é possível identificar a visão que essas instituições possuíam sobre elas através de suas publicações. Ainda que o presente trabalho não se configure como uma análise bibliográfica das produções que abordam a temática “mulheres e institutos”, a análise desses discursos torna-se necessária, dada a importância de construir apontamentos que indiquem os motivos pelos quais as mulheres se mantiveram por tanto tempo distantes do corpo de membros da instituição.

Fagundes (2020), ao analisar os discursos produzidos pelo IHGB acerca da figura feminina, argumenta que o papel social dado à mulher se desenvolveu de acordo com a funcionalidade que ela desempenhava na vida masculina. Desse modo, “a maneira pela qual a mulher era descrita, como auxiliadora do grande homem, foi fundamental para construir a imagem padrão do letrado oitocentista: homem de família, honesto e dedicado às letras da pátria.” (FAGUNDES, 2020, p. 95). Para o projeto de unificação nacional promovido pelo IHGB a mulher possuía um papel civilizatório, sendo ela uma agente de suporte ao progresso masculino. As mulheres, nesse contexto, são relegadas a papéis auxiliares, ou seja, elas não estão no centro das decisões e contribuições históricas. Ao invés disso, são vistas em papéis tradicionalmente associados à família e a perpetuação dos valores tradicionais estabelecidos pelo masculino. Para Fagundes (2020):

[...] o discurso relacionado à imagem da mulher estava atrelado a legitimação desse contexto político, aproximando a célula familiar ao sentimento político de nação una e indivisa. Aliás, como destacou Joan Scott, “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado”. Deste modo, delinear a posição de cada um dos sexos na estrutura social é fundamental para as relações de poder. (FAGUNDES, 2020, p. 95)

As mulheres são, assim, encarregadas de transmitir a cultura através da socialização dos filhos e da boa convivência social, perpetuando os valores e tradições do projeto nacional, mas sem atuar na criação ou modificação desses valores. Constitui-se, portanto, uma imposição masculina em que é atribuída às mulheres uma posição de auxiliar, ora como boas esposas, ora como mães e reprodutoras da cultura e dos valores produzidos pela mentalidade masculina.

A historiadora Rosa Maria Schroeder, analisando a visão que o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896) constrói em seus discursos, evidencia de quais modos as figuras femininas eram relatadas nas obras contidas no período que compreende a primeira fase da revista. As fontes analisadas não se concentram na perspectiva das mulheres sobre si mesmas, mas sim em escritos produzidos por autores do sexo masculino, onde esses construíam minuciosas análises acerca do que definiam como “comportamentos femininos” em papéis normativos e estereótipos sociais limitantes. Schroeder (1996) salienta que a história promovida no período analisado é influenciada e dominada por homens da elite local. Isso implica dizer que o modelo de pensamento registrado e divulgado pela instituição reflete as perspectivas, interesses e valores dessa elite, deixando de lado as vozes e experiências de grupos sociais menos privilegiados socialmente, incluindo, assim, o gênero feminino. Esse padrão é observado na análise documental destacada por Schroeder. Nesses escritos, as mulheres são mencionadas principalmente como dependentes, em uma relação de subordinação constante aos homens. A presença e a importância das mulheres na narrativa histórica ou literária desses textos estão frequentemente subordinadas aos homens e restritas ao âmbito privado, sendo retratadas como esposas, mães, filhas ou parceiras de homens, ao invés de serem valorizadas por seus próprios méritos e conquistas individuais.

A essência das mulheres, nesta sociedade, frequentemente esteve ligada à maternidade. As próprias mulheres aceitaram a tarefa de criar e educar a futura geração, assim como aceitaram a dedicação às tarefas domésticas, como esferas próprias e típicas delas. Neste texto, esta idealização das mulheres enquanto mães, é muito mais forte do que a idealização da mulher enquanto esposa. Diz ele: Então se não fossem os filhos vinhas tratar-me? e eu te mereceria tanto sacrifício?” A concepção é de que ela deva ser primordialmente mãe e só depois esposa, portanto deve primeiro assistir aos filhos e somente depois é que ela poderia desempenhar seu papel de esposa. [...] SCHROEDER, 1996, p. 27

Os textos mencionados referem-se majoritariamente a mulheres que compunham a elite: mulheres brancas. Nessa narrativa, os valores associados às mulheres são geralmente idealizados e conservadores, enfatizando a moralidade e a passividade como características desejáveis. As qualidades destacadas incluem beleza, amor e carinho, que são tradicionalmente qualidades vistas como atributos

femininos a serem exaltados. Esse enfoque busca reforçar estereótipos de gênero, limitando a percepção das mulheres a esses papéis e qualidades, e desconsiderando outras características.

O modo que os escritos sobre a valorização da passividade feminina circulavam nas revistas, assim como a ideologia implícita em seus discursos, faz entender que seu objetivo era suggestionar outras mulheres em suas práticas e comportamentos, assim como construir socialmente um modelo ideal. O papel desses escritos era servir como uma espécie de manual para outras mulheres, orientando-as a adotar e perpetuar essas qualidades idealizadas de moralidade, passividade, beleza, amor e carinho. Assim, essas publicações moldavam as expectativas sociais sobre o comportamento e as aspirações femininas, reforçando estereótipos de gênero e limitando a diversidade de papéis e realizações das mulheres.

Outro ponto frequentemente enfatizado nas manifestações publicadas é a valorização da beleza feminina como fator positivo pondo, em contrapartida, essa mesma beleza é tida como uma ameaça potencial ao sexo masculino. A historiadora Gabriela Correa da Silva, ao abordar os discursos realizados nos eventos denominados como *Tardes do Instituto*¹⁶ realizado na tribuna do IHGB, constata que a mulher é frequentemente retratada como um objeto que deve ser agradável ao olhar masculino e sua relevância social é dada, em muitos momentos, em função de sua aparência. Segundo a autora:

[...] cada palestra transcrita na Revista do Instituto vem acompanhada de uma foto da palestrante, na qual se percebe um esforço por parecer bela. Todas parecem muito elegantes. Nas publicações de palestras de homens, contudo, não há foto acompanhando suas reflexões. Há apenas o nome completo e, às vezes, a descrição da atividade que desempenha profissionalmente. Considerando estas escolhas, é possível afirmar que tanto o título do evento quanto a edição da Revista são fortemente marcados pelo gênero. (Silva, 2018, p. 61)

Nesse sentido, podemos observar que a maneira como as mulheres são descritas reforça uma divisão de papéis e expectativas. Enquanto os homens são

¹⁶ O ciclo de conferências analisado por Silva (2018) foi realizado em maio do ano de 1928. Para a autora, o evento apresenta-se como a possibilidade de analisar as relações entre o gênero e a história do IHGB antes do ingresso das mulheres na associação, que só foi permitido no ano de 1965.

representados apenas pela relevância e ocupação profissional, enfatizando sua função intelectual, as mulheres, além de suas contribuições, são retratadas por meio de fotografias que salientam sua imagem pessoal, o que pode sugerir uma objetificação ou uma pressão social para atender a normas estéticas. A discrepância nas formas de representação sinaliza que o ambiente é marcado por construções de gênero que, de forma sutil, perpetuam desigualdades. A inclusão de fotos das palestrantes, destacando sua aparência, reforça o papel social tradicional da mulher como portadora de atributos físicos, ao invés de focar exclusivamente em sua produção intelectual, foco do evento em questão.

Diante das experiências analisadas, observa-se que o discurso, influenciado por tendências sociais, desempenhou um papel significativo na inclusão feminina nos institutos históricos e, desse modo, ao adentrar tais ambientes as mulheres já possuíam cargas e expectativas que as antecedem. Embora nenhum regulamento institucional proibisse formalmente a entrada de mulheres como membros, foi necessário que elas demonstrassem alta reconhecimento e merecimento para compor o colegiado dos institutos. Temos exemplo da referida necessidade de validação no episódio mencionado por Fagundes (2020), no que se refere a sugestão da D. Beatriz Francisca de Assis Brandão para o instituto. A comissão encarregada de avaliar a indicação argumenta que não aprovaria a entrada da poetisa porque suas contribuições não haviam sido publicadas, ou seja, não existiam "provas públicas" de seu trabalho na forma de publicações impressas. Entretanto, Fagundes (2020) destaca um aspecto importante e possivelmente discriminatório: ao avaliar pedidos de admissão de homens, o Instituto não fazia menção ao gênero, referindo-se apenas aos "senhores brasileiros". A ponderação negativa dada ao nome da escritora sugere uma diferença de tratamento, onde o gênero feminino é enfatizado e usado como um critério implícito de exclusão, enquanto o masculino era considerado "padrão" ou "neutro". Nesse sentido, "os homens já possuem valor, porque são socialmente reconhecidos; as mulheres, por sua vez, precisam provar que possuem valor para participar de qualquer campo social, pois para elas isso não se trata de uma garantia inata [...]" (MARTINS; FONSECA, 2021, p. 141).

Apesar dos entraves descritos acima, pensar a inserção feminina nos institutos também precede reconhecer os privilégios que essas mulheres gozaram

através de seu local social. As mulheres incluídas nos institutos são advindas de altas classes sociais, sendo esse valor determinante para suas indicações e consequentes aceitações nos colegiados. Oriundas de famílias influentes e com elevado prestígio social, essas mulheres já possuíam um capital cultural que facilitou seu ingresso nos espaços intelectuais. Esse privilégio de classe oferecia-lhes um diferencial em relação a outras mulheres, que, devido às limitações econômicas e sociais, não tinham acesso aos mesmos ambientes e oportunidades. O reconhecimento e a aceitação de seu trabalho intelectual nos institutos foram, assim, condicionados a redes de influência e aos laços familiares que possuíam, permitindo-lhes driblar as barreiras de gênero de maneira mais eficaz do que mulheres de classes sociais mais baixas.

No texto produzido pela historiadora Gabriela Correa da Silva, já citado anteriormente, são expostas as primeiras experiências vivenciadas entre IHGB e a participação feminina, no evento denominado *Tardes do Instituto*. Encontramos na organização do evento exemplo de como essa influência exercia valor de aceitação já que a conferência, tido por Silva (2018) como uma possibilidade de analisar as relações entre o gênero e a história do IHGB antes do ingresso das mulheres na associação, foi realizado por iniciativa do presidente do IHGB, Conde de Afonso Celso, a pedido de sua filha, a poetisa e jornalista Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, uma entre as três palestrantes. Experiências semelhantes também não descritas por Araújo (2006) no que se refere ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (1905) em que ao citar as mulheres que primeiro ocuparam o colegiado da instituição indica que “o peso da origem social é algo difícil de ser desconsiderado, já que todas elas têm antecedentes genealógicos em extratos superiores da sociedade bem como boa parte vincula-se historicamente ao meio rural pela propriedade da terra da terra dos pais ou antepassados.” (ARAÚJO, 2006, p. 113)

Por fim, mesmo com as referidas facilitações, não podemos desconsiderar os desafios que essas mulheres enfrentaram ao confrontar valores tradicionais para ocupar os institutos históricos. A partir da bibliografia utilizada nesta pesquisa, destacam-se alguns exemplos importantes de mulheres que ocuparam o IHGB e instituições congêneres. Maria Eugênia Celso (1886-1963), no IHGB, foi uma das mais contundentes na quebra das barreiras socialmente impostas ao sexo feminino.

Seu ciclo de palestras abriu portas para que outras mulheres também pudessem participar da instituição. Ao ser a primeira mulher a conquistar visibilidade e presença em um espaço até então exclusivamente masculino, ela representou não só um avanço na inclusão feminina, mas também facilitou a introdução de temas relevantes para as mulheres de sua classe social. Além de Maria Eugênia Celso, podemos citar Amélia de Queiroz (1896-1971), que contribuiu para a preservação e formulação do estatuto e termo de fundação do Instituto Histórico de Ouro Preto (1931).¹⁷ Por fim, Alice de Azevedo Monteiro (1886-1962) que teve um papel importante no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (1905) e na educação infantil, especialmente no contexto da Paraíba na década de 1930.

A trajetória das mulheres nos institutos históricos brasileiros evidencia um processo gradual e desafiador de inclusão em espaços dominados pelo patriarcado e marcados por normas de gênero restritivas. Durante séculos, o papel das mulheres foi reduzido ao âmbito privado, o que reforçou estereótipos e limitou suas possibilidades de participação na produção intelectual. A inserção feminina nesses espaços, mesmo que tardia, representou uma ruptura com essa tradição e trouxe novas perspectivas, que aos poucos começaram a questionar e transformar o ambiente institucional.

As pioneiras que ocuparam esses lugares enfrentaram barreiras que não eram apenas institucionais, mas também sociais e culturais. Mulheres como Maria Eugênia Celso, Amélia de Queiroz e Alice de Azevedo Monteiro conseguiram abrir portas para que outras pudessem participar e contribuir para o desenvolvimento da historiografia e da educação no Brasil. Entretanto, é importante reconhecer que sua presença nesses ambientes foi facilitada por privilégios de classe e redes de influência, o que limitou a representatividade feminina nesses espaços.

Assim, as primeiras incursões femininas nos institutos históricos foram passos importantes não apenas para a inclusão das mulheres nesses círculos, mas também para a construção de uma narrativa mais inclusiva e diversificada. Embora esses avanços sejam significativos, a análise histórica demonstra que a inserção das mulheres em instituições como o IHGB e suas congêneres continua sendo um

¹⁷ DIAS, 2023, p.3.

reflexo das dinâmicas de poder da sociedade, que ainda precisa avançar em termos de igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade de vozes na produção do conhecimento.

O próximo capítulo deste trabalho terá como objetivo analisar as questões aqui levantadas, acerca dos papéis de gênero e dos desafios impostos às intelectuais femininas, tendo como foco o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL).

CAPÍTULO III: A ATUAÇÃO FEMININA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS

3.1 Considerações iniciais

O presente capítulo tem como objetivo analisar a atuação feminina no instituto histórico e geográfico de Alagoas no período que compreende o recorte temporal de 1968 a 1979. O período em questão foi escolhido por se tratar das décadas iniciais que marcam a presença feminina no instituto, considerando que a primeira mulher a ocupar uma cadeira dentro da instituição foi Guiomar Alcides de Castro no ano de 1968¹⁸.

A análise realizada neste capítulo terá como base as publicações da revista do instituto, considerando dois preceitos principais. Os institutos históricos e geográficos, em geral, possuem a tendência de operar de maneira reservada, concentrando suas atividades e produções no interior de suas próprias estruturas. Nesse contexto, entendemos que discussões, pesquisas e reflexões costumam desenvolver-se em um espaço quase exclusivo, sob o crivo de seus membros e colaboradores. A *Revista do IHGAL*, entretanto, surge como uma ponte que possibilitou a externalização do que é produzido internamente, oferecendo uma janela para que o público tenha acesso ao conhecimento e às reflexões geradas, rompendo, assim, as barreiras do espaço institucional.

¹⁸ Para tal afirmativa, é levado em consideração a condição de sócio efetivo.

Considerando o rigor característico do funcionamento da instituição, compreende-se que, para algo produzido no interior de seu ambiente vir ao conhecimento coletivo, deve ser cuidadosamente polido e trabalhado, passando pelo olhar e pela crítica rigorosa dos membros que formam a casa. Dessa forma, quando as publicações femininas começam a ocupar as páginas da revista representa o reconhecimento de que o gênero feminino conquistou um espaço relevante dentro daquele colegiado. Desse modo, utilizamos a revista como principal instrumento de análise partindo da premissa de que a presença de publicações de autoria feminina na revista constitui um reconhecimento oficial e público da inserção das mulheres no instituto. A visibilidade dessas publicações é entendida como uma evidência do considerável espaço que o gênero feminino passou a ocupar no ambiente institucional, validando a importância de suas contribuições no campo acadêmico e cultural promovido pela entidade.

Para aprofundar essa análise, o presente capítulo terá três objetivos principais. Primeiramente, apresentaremos um breve perfil biográfico das primeiras mulheres a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, buscando compreender o papel que elas ocupavam na sociedade alagoana de seu tempo e quais percursos as conduziram até o instituto. Em seguida, realizaremos uma análise panorâmica das primeiras publicações de autoria feminina, abrangendo o período de 1972 a 1979, para identificar o teor dessas contribuições e o contexto de suas produções. Por fim, será desenvolvida uma análise mais detalhada dos discursos de posse das três primeiras mulheres que alcançaram as páginas da revista do IHGAL, examinando o impacto e a relevância de suas falas no contexto institucional e histórico. Esses três eixos de investigação contribuirão para um entendimento mais completo sobre a trajetória feminina no instituto, evidenciando como suas vozes passaram a ser reconhecidas e valorizadas em um espaço de prestígio intelectual.

É importante salientar que, na seleção das figuras femininas destacadas neste trabalho, foi considerada a condição de sócia efetiva. Embora tenham ocorrido nomeações de mulheres no período que antecede o ano de 1968, esses títulos foram concedidos apenas como sócias correspondentes ou beneméritas,

classificações que implicaram uma participação eventual ou possuíam caráter honorífico dentro da instituição.

Outro ponto a ser considerado é o fato de que o trabalho se limitará a análise dos discursos de posse de duas sócias, tendo em vista o tempo limitado para produção e finalização desta pesquisa, sendo ela retomada e finalizada em momento oportuno, contando com uma pesquisa posterior mais detalhada. Além disso, a falta de determinados dados históricos se deve a impossibilidade de acesso ao acervo do IHGAL devido a reforma estrutural que a instituição passa nesse momento.

3.2 Mulheres associadas ao IHGAL (1968 - 1972)

Tabela I: Cronologia da Associação de mulheres (1968 - 1972)

MEMBRO	ANO DE POSSE
Guiomar Alcides de Castro	19/12/1968
Elisabeth de Oliveira Mendonça	02/12/1971
Rosa Coelho Pereira do Carmo	30/05/1972

Fonte: MELO, Aloisio Costa; SILVA, Fabiana Marinho da; ALTAVILA, Jayme Lustrosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**: Dados Históricos. Maceió, 2008.

Como indicado na tabela acima, o período selecionado para a pesquisa compreende a presença de três figuras femininas, sendo elas: Guiomar Alcides de Castro, Elisabeth de Oliveira Mendonça e Rosa Coelho Pereira do Carmo.

Ao analisar a história do IHGAL, não encontramos registros de quais tendências incentivaram o instituto na indicação de nomes femininos para compor o corpo intelectual da entidade noventa e nove anos após sua fundação. Não há no regimento da instituição fatores que afastaram ou proibiram a presença feminina em

seu meio. Contudo, quando consideramos a iniciativa tomada a partir da indicação de Guiomar Alcides de Castro em 1968 acreditamos que a decisão tenha sido influenciada pelo IHGB, uma vez que as agremiações compartilhavam objetivos semelhantes e a sede alagoana atuava conforme as iniciativas tomadas por sua matriz. Dessa forma, contando que a primeira mulher ocupa as dependências do IHGB no ano de 1965, é levantada a hipótese de que a inclusão de mulheres como membros efetivas do IHGAL não se configura, assim, como uma escolha arbitrária, mas é reflexo de mudanças institucionais e sociais mais amplas e influenciadas pelas movimentações proporcionadas pelo IHGB.

Fatores como os sobrenomes que carregavam e as redes de relações e indicações em que estavam inseridas também desempenharam um papel importante em suas admissões no IHGAL. Em um período em que o reconhecimento e o acesso a instituições prestigiosas frequentemente estavam associados a laços familiares e conexões sociais, o prestígio de suas famílias e a recomendação de membros influentes foram provavelmente determinantes para seu ingresso. Esse aspecto reflete a realidade das redes de poder e de prestígio social que permeiam as instituições culturais da época e que, de certo modo, facilitava o acesso a mulheres que pertenciam a grupos sociais de destaque.

Junto a isso, durante as décadas de 1950 e 1960, a crescente urbanização, as mudanças culturais e as influências dos movimentos feministas no Brasil começaram a suscitar questionamentos sobre o papel das mulheres na sociedade e nas esferas intelectuais, como já discutido. Esses avanços pressionaram instituições tradicionais, como o IHGAL, a rever suas práticas de exclusão e abrir espaço para novas vozes e perspectivas. Em especial no cenário maceioense, a cidade já contava com a atuação significativa da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (FAPF), fundada em 1932 sob a liderança de Lily Lages¹⁹. Segundo Lima (2020), esse movimento foi fundamental para a luta pelos direitos das mulheres alagoanas, especialmente no que se refere à educação, ao assistencialismo, à saúde e ao direito ao voto. Durante seus anos de operação, a Federação, em sua

¹⁹ Lily Lages foi uma pioneira feminista alagoana cuja atuação deixou marca significativa na história política e social de Alagoas. Natural de Maceió, obteve cátedra em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Logo após a conquista do voto feminino em 1934, ela foi eleita deputada constituinte em Alagoas, destacando-se como a primeira mulher a ocupar esse cargo no estado.

própria existência, sob o status de primeira organização feminista de caráter institucional no estado, exerceu pressão sobre as estruturas de poder em Alagoas, questionando qual deveria ser o papel da mulher alagoana nos espaços públicos, políticos e intelectuais. Suas reivindicações trouxeram à luz a luta feminina, destacando os nomes femininos que formavam a Federação, dentre eles Guiomar Alcides de Castro e Rosa Coelho Pereira do Carmo que ocuparam as fileiras da FAPF antes de adentrarem o IHGAL.

Cabe ressaltar que apesar de considerarmos as mudanças sociais em curso, não é desconsiderado que a principal influência para a aceitação dessas mulheres tenha se dado diante da relevância de suas produções acadêmicas e literárias, pela qualidade de suas formações e pelo peso de suas contribuições ao campo cultural alagoano. Araújo (2006) ao discorrer acerca da aceitação de nomes femininos para o IHGP (1905) argumenta que além das tendências evolutivas que indicam afrouxamento do caráter patriarcal que marcaram fortemente a instituição, para a aceitação do gênero feminino o no instituto é considerado a relevância intelectual que as mulheres indicadas possuíam. Desse modo:

A explicação para o número crescente de mulheres como sócias efetivas deve ser buscada tanto na dinâmica mais geral da sociedade brasileira/paraibana/pessoense, como na ação feminina organizada que exerce crescente influência (Perrot, 1992, p.167) na sociedade em geral e na sociedade paraibana em particular (Falcão, 1996, p. 211-231), em atividade intelectual pré-existente ao ingresso no IHGP, não necessariamente ligada ao magistério, bem como na própria valorização do desempenho individual de algumas mulheres, que acabaram por se destacar social, política e culturalmente: algo próximo ao que Michelle Rosaldo resalta em termos metodológicos para se estudar as mulheres, ou seja, “que o lugar da mulher na vida social humana, não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta”(Rosaldo apud Scott, 1990, p.14). (ARAÚJO, 2006, p. 112)

Assim, considerando o contexto alagoano, a combinação entre a excelência em sua formação acadêmica e a qualidade do currículo que apresentavam resultou na inclusão feminina, tendo em vista que essas mulheres demonstraram competência e habilidade para contribuir significativamente com o desenvolvimento do conhecimento histórico local. Suas trajetórias acadêmicas muitas vezes superaram os padrões estabelecidos, evidenciando que sua presença no Instituto

não era uma concessão, mas uma necessidade para o avanço e melhoria da história alagoana.

A partir das considerações feitas, serão expostos abaixo traços biográficos que evidenciam suas contribuições e trajetórias, destacando os papéis assumidos nos campos social, político e cultural. Tais biografias permitem um entendimento mais aprofundado do impacto e da relevância de suas ações, contextualizando suas conquistas em meio às mudanças da sociedade e ao crescente reconhecimento da atuação feminina.

3.2.1 Guiomar Alcides de Castro²⁰

Guiomar Alcides de Castro, nascida em São Miguel dos Campos, Alagoas, em 12 de julho de 1923, filha de Miguel Alcides de Castro e Audácia Aranda de Castro, iniciou sua educação em sua cidade natal, onde cursou Humanidades, História Geral e Jornalismo. Reconhecida como uma das mais destacadas escritoras alagoanas, seu nome se encontra no cenário literário e cultural de Alagoas.

Em 1964, Guiomar lançou o livro *São Miguel dos Campos*, que teve uma segunda edição em 1991. Ao longo de sua carreira, publicou outras obras de sua autoria, incluindo *A Europa é Assim* (1964), *Discursos Acadêmicos* (1965), *Dois Músicos de Outrora* (1966), *Moreno Brandão* (1976), *Camões: Gênio de Raça* (1976), *Castro Alves, o Lírico* (1978), *A História da Igreja dos Mártires* (1981) e *Professor João Ulysses Moreira* (1984).

²⁰ As informações acerca da biografia foram retiradas do site da Secretaria Municipal de Cultura de São Miguel dos Campos e da revista Gogó de Emas.

MOURA, Ernande Bazerra de. Guiomar Alcides de Castro. Secretaria Municipal de Cultura, São Miguel dos Campos. Disponível em: <<https://cultura.saomigueldoscampos.al.gov.br/personalidades/guiomar-alcides-de-castro>>. Acesso em: 09 de nov. 2024.

SCHUMAHER, Schuma. Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas. Rio de Janeiro: REDEH, 2004

Como jornalista, colaborou nos jornais *Jornal de Alagoas*, *Diário do Povo*, *O Semeador*, *Gazeta de Alagoas* e na *Revista Mocidade*. Em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à cultura e à literatura alagoana, recebeu o diploma de honra ao mérito e a medalha comemorativa dos cento e cinquenta anos da Independência do Brasil, conferidos pelo governador Afrânio Lages em 2 de dezembro de 1972.

Na Academia Alagoana de Letras, ocupou a cadeira de número sete. Além disso, Guiomar Alcides de Castro foi membro da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, eleita em 1938, onde desempenhou um papel importante nas questões relacionadas aos direitos das mulheres em Alagoas, contribuindo para a luta pela igualdade e pela valorização da mulher na sociedade alagoana e nacional. Sua trajetória de escritora, jornalista e ativista destaca-se como uma das mais importantes na história cultural e social de Alagoas.

3.2.2 Rosinha Coelho Pereira do Carmo²¹

Rosinha Coelho Pereira do Carmo, nascida em Maceió em 1911, desde jovem manifestou seu espírito combativo. Adotando o pseudônimo Lúcia Edelwis, começou a publicar artigos na seção *Carta de Mulher*, do *Jornal de Alagoas*, e, no final dos anos 1920, tornou-se uma colaboradora frequente.

Como dedicada defensora dos direitos das mulheres, ela participou ativamente da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (FAPF) e de outras entidades voltadas para a defesa feminina. Destacava-se como uma excelente oradora e, durante anos, apresentou um programa semanal de rádio chamado *Eva em Ação*. E em sua trajetória de vida acumulou diversos prêmios literários.

Além de sua contribuição literária, Rosinha explorou também o teatro. Suas peças, como *“Dois Destinos”* e *“Vencidos pelo Amor”*, foram transmitidas pela rádio

²¹ As informações acerca da biografia foram retiradas do site da Secretaria Municipal de Cultura da revista Gogó de Emas.

e até selecionadas para o teatro da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, onde "*Vencidos pelo Amor*" foi apresentada em uma prestigiada noite de gala.

3.1.3 Elisabeth de Oliveira Mendonça²²

Elisabeth de Oliveira Mendonça é assistente social, previdenciária e advogada. Filha de Manoel Francisco de Oliveira e Maria Vieira Rocha. Formou-se em Serviço Social pela Escola de Serviço Social Padre Anchieta. Funcionária concursada do INPS. Elisabeth colaborou, com crônicas, no Diário de Alagoas, Correio de Maceió e Jornal de Alagoas, a partir do ano de 1965.

A autora faz parte da Membro da Academia mineira de Letras (AML), bem como da Academia Alagoana de Letras (AAL).

Dentre as suas principais obras encontramos: Sesquicentenário da Polícia Militar de Alagoas, Maceió: EDUFAL, 1983; Elogios ao Dr. Manoel Rodrigues de Melo, Revista IHGAL, v. 34, 1978, Maceió: SERGASA, 1978, 103-135. Juntamente com Maria Lira Barros, Valor e Posição de uma Escola de Serviço Social na Universidade (Trabalho de conclusão de curso na Escola de Serviço Social Padre Anchieta, de Alagoas em 1971, para obtenção de grau superior); Elogio a Carlos Pontes: A Vida do Visconde de Sinimbu, prêmio Medeiros Neto, da AAL; O Indivíduo e a Cultura; Contacto e Isolamento: Guerra e Revolução Como Factor de Desorganização Social; Relacionamento da Arte com a Moral; Urbanismo e o Fenômeno Rural; Cultura Religiosa Através dos Tempos; Visão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, dentro de Psicologia Social; Administração, Doutrina Social da Igreja, Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidade; O Que Ficou de Sócrates em Minha Vida; O Crime de José Pedro da Silva (Trabalho apresentado na cadeira de Noções de Direito, da Escola de Serviço Social); Serviço Social Como Ciência; Observação; Comentário Sobre Documentário do Nordeste,

²² Informações retiradas do livro ABC das Alagoas de Francisco Reinaldo Amorim de Barros.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. ABC das Alagoas : dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas / Francisco Reinaldo Amorim de Barros. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 2v. -- (Edições do Senado Federal ; v. 62-A)

Josué de Castro (Análise por Seis Alunas de Serviço Social); Análise das Definições de Serviço Social; Personalidade de Base; Educação Como Fator de Desenvolvimento; Serviço Social em Alagoas; Comentário Sobre "Quarto de Despejo", de Carolina de Jesus; Clima consciente; Aspecto Econômico da Realidade Alagoana (Pesquisa feita por Quatro Alunas do Serviço Social); Aspecto Desenvolvimento Social; O Valor do In Econômico da Realidade Nordestina.

3.2 Publicações femininas na Revista do IHGAL (1974 - 1979)

TABELA I: PUBLICAÇÕES DE AUTORIA FEMININA (1974-1979)

VOLUME / ANO	PUBLICAÇÃO	AUTORIA
Volume XXXI (1974/1975)	Discurso de posse(...). Traça biografia e análise de obra de Luiz Lavenère. 137-149	CASTRO, Guiomar Alcides de.
Volume XXXII (1975-1976)	Discurso de saudação: Saúda o escritor Paulo de Castro Silveira, de quem traça aspectos biográficos e analisa sua obra. 95-100	CASTRO, Guiomar Alcides de.
Volume XXXII (1975-1976)	Discurso de Posse: Discorre sobre a vida e obra de Arthur Ramos. 101-114	CARMO, Rosinha Pereira de
Volume XXXII (1975-1976)	Discurso de saudação: Analisa vida e obra da escritora Rosinha Pereira do Carmo. 127-132	CASTRO, Guiomar Alcides de.
Volume XXXII (1975-1976)	Moreno Brandão: Traça a biografia e analisa a obra do historiador Francisco Henrique Moreno Brandão. 149-157	CASTRO, Guiomar Alcides de.
Volume XXXII (1975-1977)	Artes-Aspectos populares: Discorre sobre a importância da arte popular na sociedade, destacando alguns exemplares dessa arte que merecem apoio e preservação. 215-216	LAGES, Solange.

Volume XXXIV (1978)	Elogios ao Dr. Manoel Rodrigues de Melo: Traça biografia e analisa a obra do poeta Rodrigues de Melo. 103-135	MENDONÇA, Elizabeth de Oliveira.
Volume XXXV (1977 - 1979)	Parecer sobre o trabalho elaborado pelo professor José Silvio Barreto de Macedo, intitulado "Pontes de Miranda, uma visão poliédrica de sua obra": Examina a biografia de Pontes de Miranda, jurista alagoano, escrita por Silvio Macedo. 167-169	CASTRO, Guiomar Alcides de.
Volume XXXV (1977 - 1979)	Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Discorre sobre a situação do arquivo de documentos do IHGA, sua organização e conteúdo. 170-171	GOMES, Nair.
Volume XXXV (1977 - 1979)	Um museu na Perseverança: Analisa o prédio da antiga Sociedade de Perseverança e Auxílio, atual Sindicato dos Empregados do Comércio, como local ideal para um museu de Alagoas. 183-184 UM MUSEU NO PRÉDIO DA ANTIGA PERSEVERANÇA: Focaliza o prédio da Perseverança como local ideal para o museu de Alagoas. 185-186	MARA, (Ilza Porto)
Volume XXXV (1977 - 1979)	Rosalvo Ribeiro, um incompreendido: Traça biografia e análise da obra do artista plástico alagoano Rosalvo Ribeiro. 193-196	LAGES, Solange.

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: bibliografia analítica (1872 á 2009). 2º Edição. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 2010.

No quadro acima é disposto os volumes analisados da revista IHGAL. A seleção compreende os anos de 1974 até 1979, contemplando as publicações realizadas por mulheres. Observa-se que em relação a autoria, nem todas as mulheres mencionadas possuem a nomeação de sócio efetiva, objeto principal da pesquisa. Acreditamos que o que leva a instituição a difundir tais textos seja o fato

de que as escritas se relacionam com a história alagoana, especialmente, ilustres personalidades.

Nesse quadro a maioria das obras citadas referem-se a biografias, sendo apenas três das publicações voltadas à temática da museologia, arquivo histórico e cultura popular. Schwarcz (1993), ao discorrer sobre a Revista do IHGB, argumenta que em sua disposição a revista se dividia entre três seções²³. O objetivo da segunda seção que contempla biografias é destacado pela autora como uma forma histórica pautada em nomes e personagens, traço forte da historiografia positivista. As biografias de grandes líderes buscavam além de exaltar seus feitos, idealizar na feitoria de seus atos, o expressar de um modelo de conduta a ser seguido, sob o conjunto de atos políticos e um exemplar conduta pessoal. Além disso, encontra-se nas intenções das biografias uma subdivisão, considerando a realidade do IHGB, que seria a produção de biografias que contemplassem seus próprios membros, de forma a legitimar e trazer reconhecimento a seus pares.

Aplicando as reflexões de Schwarcz (1993) ao contexto do IHGAL, observa-se uma dinâmica semelhante, com as publicações centradas em biografias que exaltam figuras ilustres de Alagoas. Entre os biografados, destacam-se Rosalvo Ribeiro, no campo das artes alagoanas, assim como Moreno Brandão e Arthur Ramos, evidenciando uma valorização de personalidades ligadas às artes e à cultura local. Entre as biografias, chama a atenção a escolha de Guiomar Alcides de Castro, que se dedica à biografia de Rosinha Pereira do Carmo. Esse ato de homenagem, além de representar uma validação pelos pares, constitui um gesto identitário, ao ser ela a responsável por destacar a trajetória de uma colega recém-chegada.

No quadro abaixo é exibido o quantitativo de publicações femininas em comparação ao número de títulos masculinos.

²³ A primeira era formada por artigos e documentos sobre questões relevantes ao instituto, dos quais podem ser destacados artigos referentes à etnografia indígena, limites geográficos e problemas territoriais. A segunda parte constava biografias de brasileiros que possuíam destaque nas artes e política. A terceira parte era formada por extratos das atas das sessões quinzenais, que reproduzem o cotidiano do IHGB, com suas hierarquias internas, costumes e competências.

TABELA II: COMPARATIVO DE PUBLICAÇÕES POR GÊNERO (1974 Á 1979)

VOLUME / ANO	PUBLICAÇÕES MASCULINAS	PUBLICAÇÕES FEMININAS
Volume XXXI (1974/1975)	17	1
Volume XXXII (1975-1976)	17	4
Volume XXXII (1975-1977)	13	1
Volume XXXIV (1978)	10	1
Volume XXXV (1977 - 1979)	17	4

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: bibliografia analítica (1872 a 2009). 2º Edição. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 2010.

Observa-se que, entre os anos de 1974 e 1979, de um total de 85 publicações, apenas 11 foram dedicadas a mulheres. Isso representa uma média de apenas 13% das publicações voltadas ao gênero feminino. Esse dado evidencia a baixa representatividade feminina nas publicações do período, sugerindo uma tendência de exclusão ou, no mínimo, de sub-representação das mulheres na produção intelectual e histórica do instituto.

Como mencionado anteriormente, apenas duas publicações abordam temas distintos da biografia, voltando-se para a preservação e catalogação do acervo da instituição. Vale destacar que a proposta apresentada por Ilza Porto no Volume XXXV, de 1977, foi oficialmente acatada pelo Governo do Estado em 2014. Após o tombamento e a reforma, o prédio foi incorporado ao edifício principal da instituição e atualmente abriga a coleção do Quebra de Xangô e o acervo do cangaço, duas das coleções mais relevantes do museu do IHGAL. Assim, ressalta-se a importância da contribuição de uma mulher para o desenvolvimento e a evolução da instituição como um todo.

No próximo tópico, será realizada a análise de dois dos discursos de posse de Guiomar Alcides de Castro e Rosinha Pereira do Carmo. O objetivo será trazer um reconhecimento mais detalhado dos temas abordados e de como essas narrativas foram construídas.



Visita do Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança ao IHGAL em 1988. Presente: Governador Theobaldo Barbosa, Sec. Perpétuo Franklin Casado de Lima, Presidente José Sousa Filho, Sec. de Administração Cleiton Sampaio, Escritora Ilza Porto, Sec. de educação Moacir Teófilo, Prof. Medeiros Neto, Jornalista Carlos Moliterno.

Fonte: MELO, Aloisio Costa; SILVA, Fabiana Marinho da; ALTAVILA, Jayme Lustrosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, 2008.

3.3 “Filha de Eva”: Discurso de posse de Guiomar Alcides de Castro

O discurso analisado foi proferido no dia 19 de dezembro de 1968, quando Guiomar Alcides de Castro toma posse no IHGAL na condição sócia efetiva. O texto é publicado na revista do instituto no Volume XXXI, que compreende os anos de 1974 e 1975. A autora inicia o texto fazendo referência a tradição e nobreza na qual a casa se ampara. No redigir de seu discurso é identificado o rigor formal presente no trato entre os membros da instituição e aplicado nas reuniões e sessões solenes.

O profundo respeito que suscita a gravidade desta egrégia casa não nos intimida, porém nos eleva.

Com admirável complacência abriste-nos as portas venerandas, ilustres membros do Instituto Histórico de Alagoas. Intimoratas acorremos ao vosso convidativo chamamento, se ao menos atentar no fato de que uma mulher, pela vez

primeira, vem quebrar a inflexibilidade que mantivestes, durante 99 anos, quase às portas do centenário, de não permitirdes que uma simples filha de Eva convosco ombreasse, partilhando do vosso quadro social, na qualidade de efetiva. (RIHGAL, 1974, volume XXXI, p. 137.)

Observa-se que apesar de seguir a formalidade exigida pela casa e apresentar um tom de gratidão em sua fala, a autora não deixa de chamar a atenção dos presentes para o fato de que sua presença naquela noite de dezembro marcava um evento histórico nos anais da instituição, uma vez que, na presente data, após 99 anos desde a sua fundação, o IHGAL admitia uma mulher na condição de sócia efetiva. É percebida na fala de Guiomar um tom crítico às tendências patriarcais postas em prática pela instituição, considerando que a escritora alagoana destaca já nas primeiras linhas de seu texto que naquele momento estaria sendo quebrada a inflexibilidade institucional da casa.

Um ponto peculiar na frase proferida por Castro, é o fato de que a autora se refere a si mesma como "uma simples filha de Eva", em uma alusão bíblica que remete diretamente ao gênero feminino e à ancestralidade simbólica de todas as mulheres. Pode-se considerar que a expressão carrega um duplo significado. Em primeiro lugar, sugere o pioneirismo e a novidade de sua presença feminina em uma instituição historicamente dominada por homens, destacando a quebra de uma tradição quase secular de exclusão. No entanto, também é considerado na análise do discurso construída que a escolha dessa referência bíblica não é apenas uma maneira de evocar o feminino, mas também uma forma sutil de questionamento da ordem estabelecida, uma vez que a figura de Eva, na narrativa bíblica, simboliza a curiosidade, o desejo pelo conhecimento e a disposição para desafiar o proibido.

O discurso é permeado de alusões ao centenário de fundação do IHGAL, que seria comemorado no ano seguinte. Esses comentários estão ligados a uma perspectiva de renovação institucional, fruto das modificações que a sociedade sofria naquele momento:

Em verdade, um século de vida completará esta nobre instituição. Entre um que se vai e outro que começa, palpita a ansiosa expectativa de uma porta que se abre sobre a consumação da que se fecha, com a certeza de que, ao trancar-se, não

esvaziou o autêntico conteúdo das suas grandes realizações, que influenciará nos propósitos da que se escancara.

Neste período de transição, entretanto, entendestes que, no advento de uma centúria tão bem vivida, há abertura para outras formulações, máxime quando um mundo novo, pleno de mutações, já se anuncia. Não o "Brave New World - o melhor dos mundos - idealizado pela ironia e pelo ceticismo de Aldous Huxley. Mas o mundo antecipador de sua posição na dialética, para indicar que outras correntes mentais, renovadoras de princípios e de idéias, de implicações éticas, sociais, científicas, espirituais e estéticas, se impõem à nossa moderna civilização, dealbando novas luzes no pensamento universal. É mesmo o surpreendente mundo novo da realidade atômica, da era da técnica, da industrialização e do cosmos entrosado nos fenômenos da cibernética e da automação, vivendo o "minuto da verdade" sentido por Henri Prat. (RIHGAL, 1974, volume XXXI, p. 137.)

É construída uma narrativa que indica a transição do antigo para o novo, mantendo a confiança de que o encerramento daquele ciclo não representa perda ou ruptura definitiva, mas a oportunidade de dar continuidade aos valores e propósitos construídos até ali. Em essência, é transmitida a expectativa de um futuro promissor, fundamentado nas conquistas e no legado do passado, que continuará a orientar a instituição em sua nova etapa.

Nas palavras de Guiomar, ao completar cem anos, a instituição deve abrir-se para novas ideias e adaptações, especialmente em um mundo em rápida transformação, cheio de novas demandas e desafios. Embora não se trate de um "Brave New World" (em alusão ao romance de Aldous Huxley, que ironiza um futuro idealizado), a autora ressalta que é um "mundo novo" real e complexo, marcado pela era atômica, pelo avanço da tecnologia e pela industrialização. O texto também menciona "o minuto da verdade" de Henri Prat, sugerindo que a humanidade vive um momento decisivo, onde suas escolhas e ações têm grande importância. Assim, ela propõe que essa transição do antigo para o novo, com suas implicações éticas, sociais e científicas, exige que a instituição se adapte e adote uma mentalidade aberta a essas novas correntes de pensamento que moldam a civilização moderna.

Ao analisar a bibliografia analítica da instituição, observamos que o período do centenário é marcado pelo retorno das publicações após um hiato de 17 anos²⁴. Esse ressurgimento editorial sinaliza não apenas uma retomada do fluxo de registros e produções históricas, mas também aponta para um momento de reestruturação e renovação interna. Esse período de retomada foi acompanhado por uma série de iniciativas voltadas para atualizar e fortalecer a instituição, entre as quais destaca-se a inclusão de novos membros, cuja presença trouxe perspectivas inovadoras e um compromisso com a modernização. Entre esses membros, merecem menção figuras como Jayme Lustosa de Altavila, Ivan Fernandes Lima e José Lages Filho.

Castro segue o desenvolvimento de seu discurso com a construção de uma narrativa que frisa a unicidade feminina composta por sua presença e se coloca como um sujeito que não possui uma postura transgressora. Em tom apaziguador, a autora continua:

Daí a transformação da arraigada sistemática desse jeito, cuja resolução não sofreram o processo pendular da dubiedade e da indecisão, em aceitando um elemento de saia. [...]

É solene este recinto. As coisas da história sempre nos tentaram com a seriedade que provoca tudo aquilo que já silenciou nos arcanos profundos da morte, ou ficou esquecido na fuga inexorável do tempo, que procura dissipar, com velocidade impenitente, o que foi presença e o que foi realidade.

Desta maneira, austeridade do ambiente que nos chama conforto senso de fixidez não obstante a versatilidade feminina defendia pelo “*Varium et mutabile sempre Femina*”, na frase virginiana da “Eneida” consagrada após Victor Hugo no “*Le Roi s’Amuse*”. E ainda espalhada aos quatro ventos pelas sinfonias do Rigoletto. Opinião aliás que recusamos esposar, apesar de partida do gênio de manto que, se hoje escrevesse, teria critério diferente a respeito das qualidades femininas. (RIHGAL, 1974, volume XXXI, p. 138.)

De forma elogiosa, a autora contempla a inclusão feminina como um dos pontos que indicam as transformações iniciadas as portas do novo século, sugerindo

²⁴ A afirmação considera os volumes XXVII e XXVIII da revista, publicados, respectivamente, nos anos de 1951 e 1968, havendo, assim, uma pausa considerável de 17 anos nas publicações, que anteriormente eram realizadas com um intervalo médio de dois anos.

que houve mudança significativa na rigidez institucional, que antes rejeitava, em suas palavras, "um elemento de saia", em referência ao gênero feminino. A citação de Virgílio, "Varium et mutabile semper femina" (a mulher é sempre volúvel e mutável), faz alusão à visão clássica e tradicional da mulher como ser inconstante. Embora essa frase tenha sido perpetuada na literatura e na ópera, Castro contesta, afirmando que hoje se pensa de forma diferente sobre a mulher, que tem provado sua versatilidade e potencial.

A autora prossegue descrevendo as conquistas femininas ao longo do tempo, lembrando que o papel das mulheres já foi limitado ao lar e às "prendas domésticas", reflexos de um tempo em que a autonomia e reconhecimento social lhes eram renegados:

As conquistas da mulher avançaram muito. Já vai longe o tempo em que ela se resignava, paciente e tímida, à simples condição de ser apenas "prendas domésticas", sem profissão e sem ressonância, postergado o direito de realizar-se como pessoa humana, no perfeito desabrochamento das suas reais potencialidades

Não há mais lugar para os dispositivos do código napoleônico que passaram a obsolescência com a caducidade das coisas vãs. (RIHGAL, 1974, volume XXXI, p. 138.)

É observado que Guiomar coloca a mulher nesse momento como sujeito ativo, responsável por tomar para si o poder de ampliar sua participação social. Socialmente, ela afirma que não há mais espaço para visões ultrapassadas, como as do código napoleônico, que tratava a mulher como dependente e inferior ao homem.

Sobre a condição da mulher muitas vozes irmãs se levantam. Fecunda são os trabalhos de Gertrudes von le Fort, Menie Gregorie, Helen Deutsch, Simone de Beauvoir, Margaret Mead, Virgínia Woolf, Betty Friedman, Evelyne Sullerot, Carmem da Silva e Yolanda Bitten Court Tomé, quase todos vitoriosos nos importantes alvitres. Vamos encara-lá pois com a filosofia cristã de Edite Stein, remetendo-a ao plano adequado. (RIHGAL, 1974, volume XXXI, p. 138.)

A autora, também, faz referência a várias escritoras e intelectuais feministas, como Simone de Beauvoir, Virginia Woolf e Betty Friedan, que, com suas obras e ideias, contribuíram para transformar a visão sobre a condição feminina. Além disso, menciona a abordagem cristã e filosófica de Edith Stein, sugerindo uma base ética e

humanista para reconhecer o valor e a dignidade das mulheres. Nesse ponto, a autora reconhece a importância do papel intelectual feminino e, fazendo alusão às intelectuais, também se reconhece como desse corpo.

É necessário observar que em determinadas colocações feitas no texto, Castro dialoga com estereótipos de gênero que podemos acreditar estarem eles fundamentados na realidade da época ou dialogarem com as expectativas e posturas esperadas da autora alagoana ao ocupar a instituição. Quando Guiomar finaliza a primeira parte de seu discurso a autora argumenta:

Não vos assusteis, portanto, com a nossa presença nem com a suposta tagarelice feminil, que não vos alterarão os hábitos e nem quebrarão a solene postura desta respeitável Casa. Também não penseis como Catão, temendo que se "as mulheres atingissem a igualdade suplantariam homem.

A reivindicação não é a de prejudicar, desafiar ou superar, mas a de cooperar somente com o homem nos problemas que ele há realizado sozinho, ficando a mulher no lugar que lhe é conveniente, com a reserva devida, sem masculinizar-se, sem perder o élan iluminador que tanto a identifica, exercendo sempre o "terno feminino" celebrizado por Goethe.

Convém pensarmos como Teilhard de Chardin, "o homem de sandálias de vento", de não permitir ao homem somente "o direito e o poder de mudar todos os caminhos do mundo, exceto aqueles que constituem ele próprio". (RIHGAL, 1974, volume XXXI, p. 139.)

Guiomar inicia o texto pedindo que os homens que compõem o quadro de membros não temam a presença feminina nem a encararem como uma ameaça aos costumes da "respeitável casa", num sentido de se opor a opiniões negativas fundamentadas no senso comum acerca da conduta social feminina. Ela faz referência a Catão, antigo senador romano que temia a igualdade feminina, mas desafia essa visão, mostrando que a presença das mulheres não busca superar ou enfraquecer os homens, mas sim contribuir com igualdade e respeito.

No entanto, a autora reforça um lugar submisso sobre os papéis de gênero ao considerar que não cabia a mulher renunciar a sua essência feminina, na tentativa de imitar ou adotar uma postura "masculinizada". A expressão "ficando a mulher no

lugar que lhe é conveniente" sugere que há uma expectativa de que a mulher ocupe um papel predeterminado ou limitado, o que pode ser visto como uma forma de imposição de normas tradicionais de gênero. O uso da expressão "sem masculinizar-se" também implica que a mulher deve manter uma forma de ser e agir que seja considerada exclusivamente feminina, associada a estereótipos sobre o que é "natural" ou "adequado" para as mulheres. Isso reforça a ideia de que a mulher não deve transgredir certos limites comportamentais ou sociais que são esperados dela.

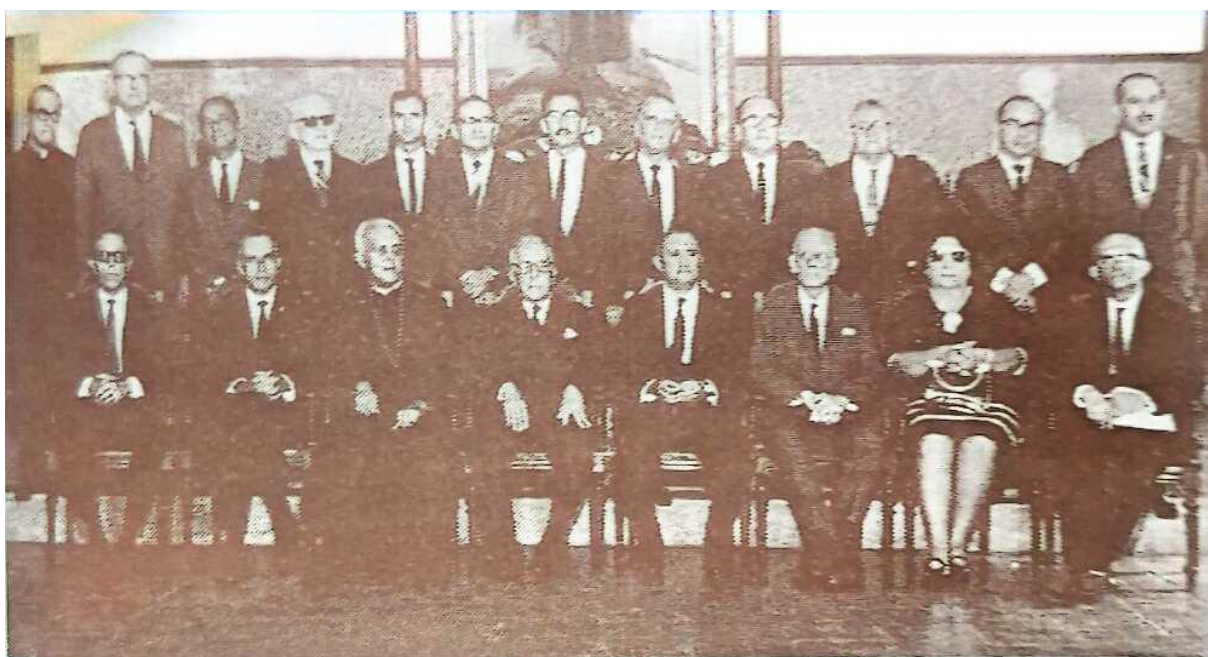
Além disso, a referência ao "terno feminino" celebrizado por Goethe, embora possa ser vista como uma tentativa de ressaltar qualidades consideradas delicadas e elegantes, também pode ser interpretada como uma forma de enfatizar um papel restrito para a mulher, que seria mais focado na suavidade, na beleza e na subordinação à figura masculina. As afirmativas sugerem em certo ponto que a mulher deve ser entendida e valorizada apenas dentro de um espaço limitado e tradicionalmente feminino, sem a liberdade de explorar uma gama mais ampla de identidades ou papéis sociais.

Por fim, podemos considerar que o discurso de Guiomar Alcides de Castro, ao ser proferido no contexto de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, representa uma marca histórica na inclusão das mulheres em espaços tradicionais e dominados por homens. Sua fala, embora reverente à instituição e ao legado que ela representa, também carrega uma crítica sutil às estruturas patriarcais que ainda permeiam tais espaços, refletindo as transformações sociais em curso nas décadas de 1960 e 1970.

A autora, ao utilizar a figura de "filha de Eva", faz uma afirmação tanto de sua condição feminina quanto de sua singularidade nesse momento histórico, desafiando indiretamente a exclusão das mulheres daquelas esferas de poder. Ao mesmo tempo, sua insistência na manutenção da "essência feminina" e na adaptação da mulher ao "lugar que lhe é conveniente" revela uma tensão entre a busca por igualdade e o conformismo com papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos. A expressão "sem masculinizar-se" implica que a mulher deve manter-se dentro dos limites da feminilidade idealizada, reforçando um modelo de mulher que se ajusta às expectativas da época e ao que se considera aceitável para o feminino.

Embora seja possível reconhecer em seu discurso um apelo à modernização e à ampliação do papel da mulher na sociedade, é igualmente claro que Guiomar não propõe uma transgressão radical das normas de gênero, mas sim uma inclusão que respeita, de certa forma, as fronteiras dessas normas. Dessa forma, seu discurso pode ser visto como uma síntese de avanço e conservação, um reflexo das contradições de um período de transição, no qual a luta por direitos e reconhecimento feminino se articula com as limitações impostas pela tradição e pela cultura patriarcal.

Portanto, o discurso de Guiomar Alcides de Castro, embora represente um marco simbólico de conquista, também revela as ambivalências e desafios enfrentados pelas mulheres ao buscarem sua emancipação em um contexto ainda fortemente marcado por visões restritivas sobre os papéis de gênero. Esse equilíbrio entre inovação e preservação, entre a reivindicação de espaço e a reafirmação da feminilidade, é um reflexo das complexas dinâmicas sociais e culturais que ainda moldam o caminho da igualdade de gênero.



SÓCIOS DO INSTITUTO NO SALÃO NOBRE EM 2/12/1969, POR OCASIÃO DAS SOLENIDADES ALUSIVAS AO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO.

Em pé: Luiz de Medeiros Neto, Ib Gatto Falcão, Ciridião Durval e Silva, Carlos Povina Cavalcanti (sócio honorário), Jayme Lustosa de Altavila, Afranio Salgado Lages, Nabuco Lopes, Aldo de Sá Cardoso, Antônio Santos, José Camerino, José lages Filho José Franklin Casado de Lima. Sentados: Abelardo Duarte (Secretário Perpétuo), Alfredo Gaspar de Mendonça, D.Adelmo Machado (sócio benemérito), Jayme de Altavila (Presidente), José Maria de Melo, Carlos Miguez Garrido (sócio benemérito), Guiomar Alcides de Castro e Felix Lima Júnior.

Fonte: MELO, Aloisio Costa; SILVA, Fabiana Marinho da; ALTAVILA, Jayme Lustrosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**: Dados Históricos. Maceió, 2008.

3.3.1 A questão da história e a biografia de Luiz Lavenére Wanderley

A segunda parte do texto proferido por Guiomar de Castro refere-se a biografia do jornalista e fotógrafo alagoano Luiz Lavenére Wanderley. O texto em questão é carregado de personificações linguísticas, iniciado a partir de uma reflexão acerca da história e do valor do legado humano. A história é retratada como algo vivo e contínuo que conecta o passado, o presente e o futuro em uma linha de significado e aprendizado perpétuo:

Pensando como frei Amador Arrais, "abrimos os fastos da história e, de repente, os mortos saem do pó, todos se movem e se apinham derredor de nós".

Estranhos ruídos, sons mortiços do que já se foi, como se dessem eco às paredes mudas, patinadas de ancianidade, ou revivessem palavras que dormem impassíveis nos livros e documentos, ou também animassem retratos inertes para soprar-lhes impulsos vitais, nos conclamam com poderosa eloquência, restabelecendo a atmosfera do ambiente e do momento vivido.

Neste casarão soturno em que se conversa o passado e a tradição, na intimidade de pessoas e de fatos definidores de ciclos e de épocas, tudo parece penumbrar em silêncio imperturbável, imerso na misteriosa estática de vozes remotas, emudecidas nas folhas amarelentas dos arquivos. (RIHGAL, 1974, volume XXXI, p. 139.)

Guiomar inicia o texto refletindo sobre a capacidade histórica de trazer ao presente aquilo e aqueles que atuaram no passado, criando uma analogia entre a vida e a morte e as capacidades alcançadas pelo discurso histórico. Frei Amador

Arrais é citado para expressar essa ideia: ao acessarmos registros históricos, os mortos saem de um passado silenciado e se reúnem no presente. Essa metáfora de "ressurreição" implica que a história não é apenas um conjunto de dados frios e esquecidos, mas uma presença tangível e ativa. Os "sons mortiços do que já se foi" e os "retratos inertes" que ganham "impulsos vitais" sugerem que os registros históricos – documentos, retratos, livros – carregam uma vida latente que se reativa quando os observamos.

Criando relevante correlação entre o passado e o presente e, sobretudo, o lugar da imortalidade e do legado humano, Guiomar discorre acerca da biografia de Luíz Lavenére Wanderley. O fato de biografar o jornalista alagoano em seu discurso de posse relaciona-se com uma tradição do instituto no qual o sucessor da cadeira, no seu momento de posse, deve descrever breve biografia daquele que o antecedeu.

No caso de Guiomar, a biografia proferida centra-se em três principais focos: a vida pessoal, sua atuação no campo do jornalismo e as excentricidades que carregavam Lavenére. Ainda que o foco principal da pesquisa não seja o detalhamento da vida dele a forma com que o jornalista é descrito ajuda-nos a compreender a simbologia da biografia para instituição, assim como o papel da homenagem na estruturação da dialética histórica produzida pelo instituto.

O fotógrafo é retratado como um indivíduo de ampla erudição e sabedoria, que se adaptava aos tempos sem abdicar de seus princípios. Guiomar o descreve como uma figura que unia a juventude do espírito à experiência, permanecendo lúcido e ativo até o final de sua vida. Sua paixão intelectual é comparada à força do amor e ao desejo de viver intensamente, conceito que ele próprio defendia, nas palavras de Castro, afirmando que amor e sonho são essenciais para a plenitude humana. A vida de Wanderley é descrita em múltiplas fases e com inúmeros talentos. Ele iniciou sua carreira cívica e literária jovem, com apenas 15 anos, quando lutava pela Abolição através de jornais abolicionistas, revelando sua consciência social e seu idealismo republicano. Em uma ocasião, ele quebrou o protocolo de uma sessão solene sob a presença do Imperador D. Pedro II, para condenar a monarquia e exaltar a república, mostrando sua ousadia e rebeldia política.

Além de linguista e professor, Wanderley foi também um polímata, se dedicando à fotografia, à música, ao jornalismo e à crítica. Ele se destacou como colunista e editor, promovendo ideias e criticando o estado cultural e social de Alagoas. Suas crônicas no jornal "Gazeta de Alagoas", especialmente a coluna "A Propósito", são mencionadas como veículo para expressar sua preocupação com a moralidade e a estética na sociedade. Por meio de um estilo direto e simples, ele oferecia instruções, elogiava e criticava, sempre com a intenção de orientar e esclarecer o público.

No campo das artes, Wanderley demonstrou talento na música, como pianista, organista e compositor. Mesmo após um acidente que limitou seu uso do piano, ele continuou a contribuir para o cenário musical local, atuando em orquestras e compondo para o teatro, com destaque para sua obra teórica, que lhe rendeu elogios e também críticas.

O texto finaliza destacando a incansável dedicação de Wanderley à educação e à cultura alagoana, tornando-se uma figura emblemática, cuja influência foi duradoura. Wanderley é descrito como alguém de espírito indomável, cujo impulso intelectual o levou a ultrapassar barreiras e a alcançar um lugar de destaque na história de Alagoas, sendo respeitado pela integridade de seu caráter e pela profundidade de seu compromisso com a verdade e a justiça. O trecho acima reflete o tom reverente e emocional com que a autora se despede e homenageia Luiz Lavenère Wanderley, destacando o impacto duradouro de sua presença intelectual e moral em Alagoas. O texto compara o tempo à sua dualidade — que pode tanto construir quanto destruir — mas observa que, mesmo com o passar dos anos, não foi capaz de aniquilar o legado dele. Em vez de ser esquecido na "estática da morte", ele é lembrado como uma "voz quente" que ainda reverbera na vida e nas memórias daqueles que o conheceram. Essa metáfora sugere que o fotógrafo transcende a morte ao permanecer uma referência viva e inspiradora.

A menção ao voto que Lavenère concedeu para a entrada da autora na Academia Alagoana de Letras revela o reconhecimento e apoio que ele dedicava a outros intelectuais, particularmente a mulheres, reforçando seu papel como aliado no progresso feminino. Ele é lembrado como um "feminista abrasado" que fundou o jornal "O Evolucionista" para defender os direitos das mulheres e foi sócio honorário

da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino. Este apoio é um testemunho de sua visão progressista e de sua abertura para as questões de justiça social, uma característica rara e valiosa para sua época.

A fala se encerra com uma passagem emocionante em que a autora reflete sobre a responsabilidade de ocupar o lugar de Luiz Lavenère, referindo-se a isso como uma "maravilhosa conquista e uma extraordinária realização". A citação de Aluísio de Castro — "há palavras de todos os dias, mas há dias que têm as suas palavras" — destaca a profundidade do momento e a sensação de que essa homenagem é o ápice de uma vida de realizações e virtudes. Ao final, a autora reforça a ideia de que ele seria "insubstituível", alguém cujo nome permanecerá marcado na história alagoana. O texto, assim, é uma celebração da vida e legado do fotógrafo, ecoando tanto o impacto de sua erudição quanto a durabilidade de sua influência.

Em suma, embora a biografia de Luiz Lavenère Wanderley tenha como objetivo homenagear o antecessor de Guiomar, seu propósito dialoga, também, com a historicidade cultivada pelo IHGAL. Com forte apelo à exaltação moral e pessoal das figuras que compõem a instituição, o texto reflete um aspecto característico da historiografia positivista praticada na casa. O texto reflete, ainda, o ato de enaltecer personagens históricos, destacando seus valores morais, intelectuais e cívicos como modelos de virtude e integridade. A narrativa construída exalta o legado dele como uma voz ativa, que sobrevive à passagem do tempo e continua a inspirar, reforçando a ideia de que a história é um processo dinâmico e perene, no qual os feitos de grandes homens e mulheres transcendem suas vidas para ecoar em gerações futuras. Dessa forma, a biografia reafirma o compromisso do IHGAL em promover a continuidade do conhecimento histórico, honrando o legado de seus membros e reforçando seu papel na formação de uma identidade cultural robusta e inspiradora para Alagoas.

3.3.2 Discurso de posse da Rosinha Coelho Pereira do Carmo

O discurso se inicia com uma reflexão nostálgica, ressaltando o valor do passado e o processo de construção da identidade da autora, influenciado pela figura de seu pai.

E então, nos vemos criança ainda, entrando no Instituto Histórico de Alagoas, pela mão amiga, carinhosa e protetora de meu Pai, em cuja sombra inesquecível até hoje nos abrigamos, nos momentos difíceis ou felizes, conscientes de sua presença amada, e, transferindo-lhe, em penhor da fé em nós depositada sempre, todos os lauréis que porventura nos alcancem, provindos dos incentivos que dele nos vieram. (IHGAL, volume XXXII, 1975, p. 101.)

Ao contrário de Guiomar, a autora não faz reflexões acerca dos papéis de gênero, nem de sua trajetória pessoal no campo da literatura. Rosinha procura centrar sua fala introdutória em discurso emotivo, relembrando a figura de seu pai Bernardo Pereira do Carmo Junior, que foi sócio do instituto e nas lembranças que a autora mantinha acerca de sua infância na instituição. Ao citar seu pai temos um indicativo de correlações familiares que, de certa forma, a levaram ao instituto

Assim, em um discurso de rápida consideração acerca de si, a autora adentra na biografia de Artur Ramos, patrono da cadeira à qual seria empossada. Ao relatar a trajetória do médico, é possível perceber o tom de saudosismo de admiração em suas palavras, demonstrando um respeito profundo por sua figura. As informações apresentadas no seu discurso foram extraídas de depoimentos de familiares e pessoas que conviveram com o médico ao longo de sua vida.

Para iniciar a biografia a autora faz uma descrição detalhada da formação acadêmica de Artur Ramos e, em seguida, com base em relatos emocionados de professores que o acompanharam na infância, destacam como, desde cedo, o médico já demonstrava sinais de ser um prodígio.

Para que se ajuíze, com fidelidade, a vida milionária de motivações desse "Cidadão do Mundo", mister se faz um longo mergulho no seu passado, onde vamos encontrar

o pequenino Artur, com três aninhos de idade, em sua cidade natal, sentado ao colo da Prof." de Música de seus irmãos mais velhos, Dona Amélia Viana, que lhe cobria de mimos, assistindo — por força das circunstâncias — as aulas que ela ministrava às crianças maiores. Um certo dia, porém, quando os alunos não souberam responder a determinadas perguntas da mestra, ele, surpreendendo a todos, inesperadamente, falou, com aquele jeito meio tímido, que o acompanharia sempre: "Eu sei tudinho"!

[...] Depois, quando frequentava a Escola do Prof. Cardoso, seu primeiro mestre, este sempre falava para o Dr. Manoel Ramos, pai de Artur: "Esse menino tem inteligência prodigiosa! Aprende as coisas com rapidez incrível e possui um extraordinário poder de assimilação. Já sabe tudo! Breve não terei mais o que lhe ensinar!" [...] (IHGAL, volume XXXII, 1975, p. 103.)

A linguagem utilizada é formal e poética, evocando um tom de celebração e respeito, característica de discursos bibliográficos. Este tom é ampliado pelo uso de figuras de linguagem, como metáforas e hipérboles, para enfatizar a grandiosidade das conquistas e a virtude do homenageado. Ramos é descrito não só como um erudito e pioneiro no estudo da diversidade cultural brasileira, mas também como um defensor das causas humanitárias, comprometido com a igualdade racial e com o valor intrínseco do ser humano.

A extensa citação de suas conquistas acadêmicas, publicações e associações internacionais reforça o alcance de sua influência, culminando em sua atuação na UNESCO, onde sua missão ganha uma dimensão global. Artur Ramos é retratado como um visionário, cuja obra não apenas contribuiu para a antropologia aplicada, mas também antecipou o conceito de desenvolvimento como um meio de abordar e resolver questões sociais e culturais.

E em tempo record, de agosto a outubro, nos dois meses que lá passou, fez publicar na Europa o primeiro número do Boletim Internacional de Ciências Sociais e organizou o Comité Especial para o estudo das relações de raças, e ainda delineou todos os planos de sua atuação futura na UNESCO. (IHGAL, volume XXXII, 1975, p. 112.)

A dimensão humanitária de Ramos é também destacada por suas conquistas na luta antirracista, que teve reconhecimento ganhando um banquete de americanos

afrodescendentes. Essas narrativas reforçam a imagem de Ramos como alguém que uniu erudição a uma ética inclusiva e solidária.

A extraordinária ressonância que as suas obras, sobre o negro, obtiveram naquele país, onde a discriminação racial é fato atuante e tem força de lei, grangeou-lhe as simpatias e o apreço dos americanos de cor, que resolveram homenagear, com um grande banquete, O seu defensor e amigo.

Artur Ramos aceitou a homenagem e compareceu à mesma, acompanhado de sua esposa. Em lá chegando, surpreenderam-se quando gentilmente foram conduzidos para uma pequena mesa, ricamente posta, com dois lugares apenas, a eles reservados. (IHGAL, volume XXXII, 1975, p. 112.)

Por fim, o texto caracteriza sua obra como um "acervo monumental", de valor perene, ao enfatizar o reconhecimento que sua obra e ideias continuam a ter décadas após sua morte. Ramos é apresentado não apenas como um expoente acadêmico, mas como um arquétipo de intelectual comprometido com a transformação social, um símbolo de liderança cultural e científica que ressoou no cenário mundial.

O discurso em questão oferece uma análise profundamente elogiosa à figura de Artur Ramos, destacando seu legado como cientista, pensador, intelectual multifacetado e humanista. A autora do texto ressalta a genialidade de Ramos e a amplitude de sua produção, que abordou temas de antropologia, psicanálise, psicologia, sociologia e cultura brasileira, especialmente no que tange à análise das relações raciais, mitologia e a saúde mental de diferentes grupos sociais. Sua obra abrangeu também questões de identidade cultural, com ênfase nas culturas negras do Brasil e suas interações com as questões sociais e históricas do país.

A autora exalta a qualidade extraordinária de sua produção intelectual, mencionando obras significativas como seus estudos sobre o "folclore negro", o "racismo", as "culturas negras no novo mundo" e a "psicologia social". A análise dos temas escolhidos por Ramos reflete um interesse em problemáticas profundas e complexas, como a psicologia das minorias e as interações entre etnia, cultura e criminalidade. O discurso também aponta que a obra de Ramos foi reconhecida por intelectuais internacionais, como Freud e Bleuler, e por figuras de grande renome no Brasil, indicando sua relevância mundial.

Entre a sua vastíssima correspondência avultam cartas de Freud, o famoso criador da Psicanálise, e do grande Bleuler, os quais tecem os maiores elogios ao sábio brasileiro. Percorrendo a sua bibliografia vimos a surpreendente e fabulosa extensão da cultura que ele amealhou para atingir a maturidade com um cabedal de sabedoria, tão rico, tão precioso e tão raro. (IHGAL, volume XXXII, 1975, p. 113.)

Além disso, o discurso toca em aspectos pessoais de Artur Ramos, destacando seu caráter multifacetado: ele não era apenas um cientista, mas também um poeta, músico e filósofo, e possuía uma profunda sensibilidade humana. Sua capacidade intelectual era acompanhada por uma dedicação apaixonada ao seu trabalho, que ele priorizava sobre todas as coisas, mesmo à custa de sua saúde.

O Prof. Tito Lívio de Castro, que o encontrou em Paris, pouco antes de sua morte, disse, na ocasião, que "ele sabia que o seu órgão hipertenso, não resistiria a rudeza de um clima hostil, e que as solicitações exaustivas de um esforço mental multiplicado, apressaria o desfecho do peso da hereditariedade fatal, que já tinha atingido seu pai e seus irmãos Nilo e Raul,". (IHGAL, volume XXXII, 1975, p. 113.)

O texto também reflete sobre a tragédia de sua morte prematura aos 46 anos, o que impediu Ramos de ver as realizações de suas previsões, especialmente em relação ao futuro da convivência humana e a dominação da natureza através da tecnologia. Em um tom reverente e de saudade, a autora lamenta o fato de ele ter morrido sem reconhecimento adequado em sua própria terra, sendo apenas depois de sua morte que sua obra e sua importância foram verdadeiramente reconhecidas.

A figura de Luiza Ramos, sua esposa, também é retratada com grande carinho. Ela é descrita como uma mulher excepcional que, além de ser sua companheira intelectual, foi fundamental para a organização e divulgação da obra de Ramos após sua morte, o que demonstra o apoio fundamental que ele teve para a realização de suas pesquisas. O texto, além de fazer um tributo a Artur Ramos, também aborda a desigualdade de reconhecimento que os grandes intelectuais muitas vezes enfrentam, especialmente quando suas obras desafiam as convenções estabelecidas.

O destino teve uma interferência feliz quando levou Artur Ramos, em suas pesquisas científicas, à Biblioteca famosa da jovem senhora Luiza Galeno, viúva do grande musicista Juvenal Galeno.

Do encontro desses dois seres eleitos dos deuses nasceu, de imediato, uma grande simpatia, que as absolutas afinidades intelectuais e morais, transformaram em amor, e amor de verdade, para além da vida e da morte.

Essa admirável criatura foi, para Artur Ramos, uma excepcional companheira e amiga de todas as horas.

Secretária e colaboradora inestimável do marido, proporcionou-lhe, com o seu amor, a sua compreensão eivada de ternura e um leal e constante devotamento, o ambiente feliz, harmonioso e sereno, que sabia imprescindível ao labor intelectual do marido. (IHGAL, volume XXXII, 1975, p. 114.)

Em síntese, o texto é uma ode à genialidade e à dedicação de Artur Ramos, e ao mesmo tempo, uma reflexão sobre os desafios de reconhecimento enfrentados pelos grandes pensadores que não se conformam com as limitações do seu tempo. A obra de Ramos e a forma como sua vida foi vivida, de forma intensa e sem descanso, são apresentadas como um exemplo de dedicação à humanidade e à busca incessante por conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho buscaram evidenciar a relevância da atuação feminina no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), apontando as lacunas historiográficas e institucionais, que invisibilizaram suas contribuições.

Compreendemos que o afastamento das mulheres dos institutos históricos está relacionado às tendências sociais que perpetuaram estereótipos de gênero. Tal exclusão refletia e reforçava um discurso no qual as mulheres possuíam papéis pré-

definidos, amparados pela ideia de que elas estavam relegadas ao ambiente privado e que seu dever seria o de amparar o sexo masculino.

O feminismo desempenhou um papel central para a inserção das mulheres nos institutos históricos, pois foi a partir de suas lutas por igualdade e reconhecimento que se criaram as condições sociais, culturais e políticas para que as mulheres começassem a ocupar espaços antes restritos aos homens.

A trajetória feminina no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) revela um processo gradual, mas significativo. As mulheres que ingressaram no IHGAL quebraram as primeiras barreiras ao ocupar cadeiras na instituição, desafiando, ainda que de forma sutil, as normas estabelecidas pela maioria masculina. Em seu pioneirismo, inovaram em suas atuações, trazendo contribuições intelectuais e culturais que enriqueceram a produção histórica alagoana, mas sem romper de imediato com os códigos de comportamento esperados para as mulheres da época.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **História e historiadoras na Paraíba:** um estudo sobre mulheres, conhecimento histórico e o processo moderno (1934 – 1979). Universidade Federal De Pernambuco: Recife, 2006.

BARBATO, Luís Fernando Tosta. **A construção da identidade nacional brasileira:** necessidade e contexto. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 8 n. 15 – UFGD – Dourados, jan./ jun. – 2014.

BARBOSA, Felipe da Silva. **Dos topos ao trópus:** a representação dos grupos étnicos indígenas no IHGAL (1875-1901) / Felipe da Silva Barbosa. – 2015.

COLLING, Ana Maria. **Gênero e história.** Um diálogo possível? Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ - Ano 19 - nº 71/72 - Jan. / Dez. 2004 - P. 29 - 43

DIAS, Jussara Duarte S..**"Um sopro de vitalidade":** As mulheres no instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto (1931). 32º Simpósio nacional de história - ANPUH Nacional. Democracia e direitos humanos: desafios para uma história profissional.

FAGUNDES, Raphael Silva. **A “esposa modelo” e o “pai provedor”:** a representação do gênero na retórica dos membros do instituto histórico e geográfico brasileiro. Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada> - ISSN: 1981-383X Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 94-122, 2020.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **A escrita da história do Brasil:** O pensamento Civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araújo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EDUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1).

GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. **Inventando a historiografia mineira:** o instituto histórico e geográfico de minas gerais em sua “primeira fase”,

1907-19271. Revista de teoria da história ano 6, número 11, maio/2014 universidade federal de goiás issn: 2175-5892.

GUEDES, Rayane Silva; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. **A presença das mulheres na história da educação no brasil**. Revista Teias v. 23, n. 70, jul./set. 2022. História de mulheres e educação: transgressões, resistências e empoderamentos.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos – 1988.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LIMA, Thays de Souza. **Federação Alagoana Pelo Progresso Feminino: a luta pela ampliação da democracia e pelo direito ao voto feminino (1927-1932)**. XIII Encontro Estadual de História 15 e 19 de setembro de 2020.

MARTINS, Mariana Link; FONSECA, Cláudia Lorena. **Mulheres intelectuais em revistas culturais: a propósito de almanaque – cadernos de literatura e ensaio**. Caderno de Letras Pelotas, n. 39, jan-abril (2021).

MEIRA, Júlio Cesar. **Estudos de gênero e historicidade: Sobre a construção cultural das diferenças**. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 27, n. 2 - jul/dez. 2014 – ISSN online 1981-3082.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de Gênero e História Social**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. In.: SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC** / José Carlos Reis — 9. ed. ampl. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2007.

SCHROEDER, Rosa Maria. **As relações de gênero e a história produzida pela revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Esboços, v. 4, n. 4, p. 23-37, jun./dez. 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

Scott, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. 20(2):71-99. jul./dez. 1995.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.